



NOTÍCIAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

28/04/2003

PGR opina pela inconstitucionalidade de dispositivo da Constituição paulista

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, em parecer (23/04) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 1212) manifestou-se contrário à Emenda Constitucional nº 7/99, promulgada pela Assembleia Legislativa de São Paulo que, ao dar nova redação ao artigo 62 da Constituição paulista, autoriza a eleição do presidente, do vice e do corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Estado “dentre os integrantes do órgão especial, pelos Desembargadores, Juizes dos Tribunais de Alçada e Juizes vitalícios”.

Além de enxergar correção na redação original do artigo 62 da Constituição do estado - o dispositivo disciplinava que o Colégio Eleitoral dos dirigentes do TJ/SP era composto apenas da totalidade dos desembargadores - Brindeiro ressaltou que os juizes dos Tribunais de Alçada não são integrantes do TJ/SP, conquistando essa condição apenas quando promovidos, “observados os preceitos contidos no artigo 93 da Constituição Federal”.

O procurador-geral entende que a participação dos demais magistrados no processo eleitoral para escolha do presidente e do vice do Tribunal de Justiça paulista “contraria a regra contida no artigo 96, inciso I, alínea “a” da Constituição Federal, segundo o qual, compete privativamente aos tribunais eleger seus órgãos diretivos”.

Sydney Sanches despede-se do Plenário do Supremo

O ministro Sydney Sanches, do Supremo Tribunal Federal, participou hoje (24/4) da última sessão plenária como ministro da Casa. No próximo dia 26, Sydney Sanches completa 70 anos, o que torna sua aposentadoria compulsória. O ministro Marco Aurélio não participou em razão do falecimento de seu pai, no Rio de Janeiro.

Em nome dos demais colegas, o ministro Sepúlveda Pertence disse que poucas vezes, ao falar pelo Plenário, esteve tão certo de contar com a unanimidade. “Esta Casa não é uma instituição em que a vaidade seja o defeito humano menos freqüente”, disse Pertence, “e que, normalmente, em ocasiões regimentais, sempre se celebram a inteligência, a cultura jurídica e humanística, a honradez e a coragem moral”.

“De todas essas virtudes funcionais do magistrado, nenhuma falta ao ministro Sydney Sanches que de todas elas deu testemunho eloqüente nos mais de 40 anos dedicados à magistratura”, acentuou. Ainda segundo Pertence, nos 15 anos dedicados ao STF, o ministro Sanches não teve atritos nem momentos de aspereza com os colegas, “devido ao seu raro senso de humor”.

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, lamentou o afastamento do ministro do Tribunal: “Creio que a vitaliciedade que é assegurada pela Constituição aos magistrados, na sua origem do Direito Americano, de certa forma é incoerente com o imperativo constitucional que exige o afastamento aos 70 anos de idade”, afirmou.

A advogada Luciana Moreira Gomes disse que o ministro Sydney Sanches ficou conhecido em todo o mundo jurídico como exemplo e referencial de homem público por sua integridade, correção e seriedade. “O ministro, com tanta serenidade e delicadeza de espírito, conquistou cadeira cativa na mais alta Corte do país”, disse.

Ao encerrar a sessão, o ministro Sydney Sanches lembrou que começou a trabalhar com 11 anos de idade em serventia de Justiça e que, desde então, nunca mais se afastou, direta ou indiretamente, da Justiça. “Com todos aprendi e recebi o tratamento mais amistoso e compreensivo”, afirmou. Em seguida, ele agradeceu aos funcionários com quem trabalhou no STF e à sua família. “O STF é honra e glória da Justiça e do Direito do Brasil”, finalizou.

Após o encerramento da sessão, o ministro resumiu assim a sua saída: “A palavra é saudade. Vou ter uma saudade imensa desta Corte e da magistratura, onde judiquei por 41 anos, e da Justiça, de um modo geral, onde comecei aos 11 anos de idade. Parece que um pedaço de mim vai me deixando. Mas tenho certeza que Deus me compensará e me confortará desta perda, até porque, sinto que minha missão foi cumprida - com as minhas limitações - mas com muito amor. Deixo o Supremo Tribunal Federal orgulhoso de ter pertencido à Corte, orgulhoso de ter sido juiz, e grato por Deus ter me permitido isso”.

Ele afirmou que pretende permanecer ligado à Justiça e ao Direito, e provavelmente deve trabalhar com algumas filhas e genros que são advogados em São Paulo, “mas não ligado ao Tribunal, para que não se comente que estou tirando proveito das amizades que formei aqui”, esclareceu.

PERFIL

Sydney Sanches nasceu no município de Rincão, estado de São Paulo, em 26 de abril de 1933, e fez o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tornando-se bacharel em 1958. Exerceu a advocacia civil, criminal e trabalhista, de 1959 a 1962, em São Paulo, capital.

Começou a trabalhar aos 11 anos de idade, como fiel (ajudante de tesoureiro), depois como datilógrafo em Cartórios de Ofício, Tabelionato e Registro de Imóveis, em Pitangueiras, interior do estado de São Paulo. E já como escrevente, na capital, desde 1953 até 1958, quando concluiu seu curso de graduação em Direito.

Sanches ingressou na magistratura paulista em 1962, quando passou em 1º lugar no concurso público de provas e títulos.

Nesta época já era casado com a professora Eucides Paro Rodrigues Sanches, com quem teve quatro filhas Cristina Maura, Luciana, Renata e Márcia. Ao lado de sua esposa, Sydney Sanches vivenciou os momentos mais importantes de sua vida, tanto pessoal, quanto profissional. Afinal, em seus 41 anos de judicatura, foi a família seu esteio freqüente.

Seu trabalho como magistrado lhe rendeu várias honras, até mesmo ter seu nome gravado em uma rua em Campinas, estado de São Paulo: "Rua Desembargador Sydney Sanches" - uma homenagem dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais e dos Juízes da Comarca.

Ao ser nomeado ministro do STF pelo presidente da República João Figueiredo e, em 31 de agosto de 1984, assumir a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Alfredo Buzaid - seu antigo professor - não imaginava que seria protagonista de um dos fatos mais marcantes da Nova República brasileira - o processo de *impeachment* do presidente da República, Fernando Collor de Mello.

Ele também é o último ministro da Corte que foi nomeado dentro do período militar.

Durante sua gestão como presidente do STF (1991-1993), mais precisamente em 1992, presidiu o processo de *impeachment* contra Fernando Collor de Mello, no qual o Senado Federal atuou como órgão judiciário, na forma do artigo 52, inciso I, e seu parágrafo único da Constituição Federal. Jamais um presidente da República, eleito pelo voto popular, havia sofrido processo igual na história política nacional.

Foi presidente, ainda, do Tribunal Superior Eleitoral de abril de 1990 a março de 1991; relator das Sugestões do STF para a Comissão Afonso Arinos, quando da elaboração de esboço da nova Constituição, no tema Poder Judiciário; e, ainda, membro da Comissão composta pelo Tribunal, de cujos trabalhos resultou a elaboração de Anteprojeto do Estatuto da Magistratura Nacional, entregue à Presidência da Câmara dos Deputados, durante sua Presidência no Supremo Tribunal Federal, a 17 de dezembro de 1992.

Também se dedicou à licenciatura, atuando como professor de Direito Civil e Direito Processual Civil em faculdades do estado de São Paulo e em cursos preparatórios para concurso de ingresso na Magistratura.

Os livros que publicou registram bem sua experiência profissional nesses dois ramos do Direito como, por exemplo, "*Poder Cautelar Geral do Juiz no Processo Civil Brasileiro*", "*Uniformização da Jurisprudência*" e "*Denúnciação da Lide*", este último premiado com a Medalha Pontes de Miranda, da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, como melhor obra jurídica do ano de 1984.

Pertenceu, também, ao Conselho Nacional da Magistratura até o advento da Constituição Federal de 1988, que o extinguiu.

Dono de timidez inefável, Sydney Sanches despediu-se hoje de suas atividades do STF deixando saudades a seus colegas e funcionários.

STF não concede MS a ministro do STJ aposentado sem receber vantagem

O Supremo Tribunal Federal indeferiu hoje (24/4) Mandado de Segurança (MS 24042) ajuizado contra ato do presidente da República que aposentou o ministro Hélio Mosimann, do Superior Tribunal de Justiça, sem o pagamento de suposta vantagem a que teria direito. A decisão foi aprovada por maioria plenária, acompanhando o relator, ministro Maurício Corrêa.

A ação sustentou que a aposentadoria foi concedida em suposto desacordo com o previsto no inciso 3º, artigo 184 da Lei 1711/52. O dispositivo prevê que o funcionário, ao completar 35 anos de serviço, será aposentado com a vantagem de 20%, quando ocupante de cargo isolado, se tiver permanecido no mesmo durante três anos.

O relator julgou que o ministro aposentado do STJ não fez jus ao benefício reivindicado. Disse que antes de assumir a vaga no STJ, o ministro Mosimann era desembargador no estado de Santa Catarina, condição em que não se aplicavam a ele as regras dos servidores públicos federais.

"Sua excelência não tinha, na condição de desembargador, direito à vantagem do art. 184, simplesmente porque o diploma legal, por ser destinado aos servidores federais não lhe era aplicável. Admito até que possam merecer análise diversas situações particulares específicas, como a de magistrados federais, que então já beneficiários da vantagem da Lei 1.711 assumiram cargos isolados de ministro. No entanto, aqueles que, como o impetrante, não mantinham qualquer vínculo administrativo com a União antes da ocupação do referido cargo devem, para fazer jus ao benefício de 20 por cento, ter cumprido o interstício legal de três anos, sob pena de total iniquidade da lei e dos motivos que a inspiraram", votou o ministro Maurício Corrêa.

De acordo com o relator, o ministro Hélio Mosimann tomou posse no STJ em 9.8.90, completando o triênio no exercício do cargo apenas em 9.8.93, decorridos 16 meses do prazo de um ano fixado pelo art. 250 da Lei 8.112/90, que estabeleceu em 19.4.92 o "termo final" do triênio. Nesta data, o ministro Mosimann ainda não havia exercido por três anos o cargo de ministro do STJ, como exige o inc. 3º, art. 184 da Lei 1711/52.

"Mesmo que se pudessem aplicar ao ora impetrante o inc. 3º, art. 184 da Lei 1711/52, ainda assim não faria ele jus ao acréscimo de 20 por cento por não haver exercido o cargo de ministro do STJ durante o triênio reclamado pela norma legal, até o dia 19.4.99", concluiu Corrêa.

STF declara inconstitucionais dispositivos da Constituição de RO sobre remuneração de defensores estaduais

O Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucionais (ADI 2576) os dispositivos da Lei Complementar 248/01, do estado de Rondônia, que dispõem sobre a remuneração dos defensores públicos do estado e criam a gratificação por dedicação exclusiva aos assistentes jurídicos lotados na Defensoria Pública estadual e que a estende aos assistentes jurídicos que tenham atuado no ex-território de Rondônia.

A Lei Complementar foi promulgada pela Assembléia Legislativa rondoniense após o veto do governador do estado. E determina que os integrantes da carreira de defensor público do estado passem a receber, a título de remuneração, parcela única compreendida de todas as vantagens adquiridas ao longo dos anos - denominada subsídio - a ser paga mensalmente. A norma também cria a gratificação por dedicação exclusiva aos assistentes jurídicos lotados na Defensoria Pública, na Comissão Permanente de Processos Administrativos e na Coordenadoria Geral de Recursos Humanos. Alega o governador que a norma viola o artigo 61, parágrafo 1º, inciso II, letra "c", da Constituição Federal, "tendo em vista a inobservância da reserva de iniciativa do chefe do Poder Executivo para propor leis que disponham sobre o regime jurídico para provimento de cargo por servidores públicos". Assevera, ainda, a afronta ao *caput* ao inciso I do artigo 63 da CF/88, uma vez que a regra provocaria um aumento de despesas pelo estado.

A relatora do processo, ministra Ellen Gracie, acolheu as alegações do governador, pois "ao dispor sobre a lotação dos defensores públicos do estado e sobre a extensão da gratificação criada aos assistentes jurídicos do ex-território de Rondônia, trataram esses preceitos inegavelmente de matéria atinente à organização e remuneração do regime de pessoal do estado, cuja elaboração normativa, sem a iniciativa do governador, afronta a reserva prevista na Constituição Federal".

Ellen salientou que a jurisprudência da Corte vem afirmando que os estados e o Distrito Federal devem observar obrigatoriamente o artigo 61, parágrafo 1º, inciso II, letra "c", da Constituição, "por encerrar corolário do princípio da independência dos poderes". Citou os julgamentos das ADIs 873, 1064 e 1249 para fundamentar seu voto.

Por unanimidade, os ministros declaram a inconstitucionalidade do parágrafo único, do artigo 1º, e do parágrafo 2º, do artigo 3º, ambos da Lei Complementar 248/01, de Rondônia.

Supremo julga inconstitucional proibição de cobrar taxa de estacionamento em escolas do DF

O Supremo Tribunal Federal julgou hoje (23/4) procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 2448) ajuizada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) contra disposição da Lei distrital 2702/01, que proibiu estabelecimentos de ensino do Distrito Federal de cobrar pelo estacionamento de veículos em áreas de sua propriedade.

A decisão unânime do Plenário acompanhou o voto do relator da ação, ministro Sydney Sanches, e confirmou a liminar concedida pela Corte em fevereiro de 2002. Em consequência, o STF declarou a inconstitucionalidade da expressão “ou particulares” contida no art. 1º da Lei 2702/01.

O art. 1º da lei aprovada pela Câmara Legislativa do DF estabeleceu a proibição de cobrança, “sob qualquer pretexto, pela utilização de estacionamento de veículos em áreas pertencentes a instituições de ensino fundamental, médio e superior, públicas ou particulares”.

Em seu voto, o ministro Sanches disse que a proibição contestada pela Confenen invadiu competência privativa da União para legislar sobre direito civil e a garantia do direito de propriedade.

O relator citou o precedente julgado pelo Supremo na ADI 1472, quando o Supremo definiu que direito civil não pode ser objeto de lei distrital.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA

Secretária da Câmara Única
BEL.ª SUANAM NAKAI DE C. NUNES

PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Carlos Henriques, Presidente da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, torna público para ciência dos interessados que, na Sessão Ordinária do dia **13 de Maio** do corrente ano, às nove horas, ou nas sessões subsequentes, serão julgados os processos a seguir:

Agravo de Instrumento N.º 038/2002 / N.º 0010.03.000829-5 – Boa Vista/RR

Agravante: Estado de Roraima

Procurador Judicial: José Ferreira dos Santos

Agravado: Washington Roriz Cunha Júnior

Advogado: Jaeder Natal Ribeiro

Relator: Exmo. Sr. Des. Cristóvão Suter (Juiz Convocado)

Apelação Cível N.º 0010.03.000311-4 – Boa Vista/RR

Apelante: Jorge Zacharias Cardoso de Araújo

Advogada: Éllen Cardoso

Apelado: Ademar Ludwig

Advogado: Jaeder Natal Ribeiro

Relator: Exmo. Sr. Des. Cristóvão Suter (Juiz Convocado)

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

Habeas Corpus com Pedido de Liminar N.º 0010.03.000285-0 – Boa Vista/RR

Impetrante: Ednaldo Gomes Vidal e Luciano Alves de Queiroz

Paciente: Adalto Cordovil de Araújo

Autoridade Coatora: MM. Juiz de Direito da 1.ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista/RR

Relator: Exmo. Sr. Des. Mauro Campello

RELATÓRIO

Trata-se de HABEAS CORPUS com Pedido de Liminar impetrado pelos advogados Dr. Ednaldo Gomes Vidal e Dr. Luciano Alves de Queiroz, inscritos na OAB/RR sob os ns.º 155-B e 081, respectivamente, em favor do Paciente ADALTO CORDOVIL DE ARAÚJO, denunciado como incurso nas penas do artigo 209, § 1º, c/c artigos 53 e 98, incisos I e IV, todos do Código Penal Militar, sob o fundamento de que este encontra-se ameaçado de sofrer coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade, com a finalidade de trancar o Processo -Crime 010 01 010860-2 (308/00). Alega o Impetrante que o constrangimento referido consiste no oferecimento da denúncia 11anos e 6 meses após a ocorrência do suposto fato, classificando como “lesão grave” o delito imputado ao Paciente e não “lesão leve”, o que acarretaria a prescrição da pretensão punitiva do Estado.

Aduz ainda que a denúncia é inepta, no seu todo, por que não houve a indicação da “participação de cada denunciado no fato”, sendo certo que o Código Penal Militar, ao contrário da Lei Penal Comum (Código Penal) exige “dolo”, também, quanto ao resultado qualificador segundo se vê da elemental “dolosamente”, do tipo do § 1º, do art. 209 do CPM.

Vieram conclusos para o trâmite de estilo e apreciação do pedido de liminar, ocasião em que deferi a inicial e requisitei as informações da autoridade apontada coatora, reservando -me a apreciação do pedido de liminar para após o conhecimento das mencionadas informações, conforme faculdade deferida pelo sistema.

As informações, devidamente instruídas às fls. 125/137, foram prestadas pela autoridade apontada coatora, declinando, circunstanciadamente, o desenvolver da ação penal.

É o relatório.

DECIDO.

Considerando que para o exame da liminar pleiteada, faz-se necessária análise das provas produzidas na fase inquisitorial, a fim de se verificar a plausibilidade do direito invocado, conclui-se, assim, que nesta sede não emerge com clareza a invocada desclassificação da imputação atribuída ao paciente. Este tema deverá ser devidamente examinado, caso os estreito lindes da via permitam, quando e caso se adentre o mérito deste “writ”.

Quanto ao outro fundamento sustentado, a saber, inépcia da denúncia por não descrever a ação ou omissão a ser atribuída ao paciente como configuradora do crime que lhe é indigitado, não pode este prosperar, pois em uma análise perfunctória da peça acusatória, fls. 14/16, verifico que a conduta do paciente acha-se descrita no trecho em que o Ministério Público disse que “os denunciados, em perseguição por suspeita de tentativa de estupro contra Maria Gentil de Souza, dispararam tiros contra a vítima Roberto Coutinho Josué (...) atingindo-o nas suas costas, o que motivou sua queda ao chão, quando então fora pelos mesmos denunciados espancado com chutes, e, em seguida, conduziram-no ao Pronto Socorro São Bento, onde ficara internado e sem poder trabalhar por mais de 150 dias, em face das lesões graves sofridas (...).”

ISTO POSTO, indefiro o pedido de liminar, por ausência do “fumus boni juris”, requisito necessário para sua concessão.

Cientifique-se da presente o MM. Juiz apontado como autoridade coatora.

Dê-se vista à D. Procuradoria de Justiça.

Custas pelo Estado.

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

Boa Vista/RR, 02 de maio de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

Habeas Corpus com Pedido de Liminar N.º 0010.03.000295-9 – Boa Vista/RR

Impetrante: Ednaldo Gomes Vidal

Paciente: Darci Montanha

Autoridade Coatora: MM. Juiz de Direito da 4.ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista/RR

Relator: Exmo. Sr. Des. Mauro Campello

DECISÃO

Trata-se de HABEAS CORPUS com Pedido de Liminar impetrado pelo advogado Dr. Ednaldo Gomes Vidal em favor do Paciente Darci Montanha, investigado em Inquérito Policial (DGCCP nº 277/00, Portaria de 26.07.01) por suposta adulteração da Carteira Nacional de Habilitação.

O presente Habeas Corpus tem como fundamento para o trancamento do Inquérito Policial referido a afirmada falta de justa, consistente na verificação da prescrição da pretensão punitiva, o que estaria gerando constrangimento ilegal ao Paciente.

Alega o Impetrante que a prescrição deve ser aferida com relação ao tipo do art. 299 do Código Penal Brasileiro, pelo que se impõe a declaração da extinção da punibilidade na espécie, haja vista que o fato gerador da responsabilidade penal teria sucedido em 30.03.1981, há mais de vinte anos portanto.

Vieram-me os autos conclusos para o trâmite de estilo e apreciação do pedido de liminar, ocasião em que deferi a inicial e requisitei as informações da autoridade apontada coatora, para que fossem prestadas na conformidade do art. 662, reservando-me a apreciação do pedido de liminar para após o conhecimento das mencionadas informações, conforme faculdade deferida pelo sistema.

As informações vieram sob a forma de cópia integral dos autos do Inquérito em comento.

É o relatório.

DECIDO.

Como no presente writ a sua causa de pedir tem por base alegação de ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado, a concessão da liminar pleiteada importaria em exaurimento do mérito, configurando, assim, pedido com condão potencialmente satisfativo/irreversível, uma vez que a apuração de infração na sede inquisitorial depende de elementos que o tempo pode permitir desvanecer. O evento foi descoberto somente agora e, ipso facto, o que se está promovendo é investigação das circunstâncias que envolvem o fato, como data da ocorrência e efetiva materialidade e autoria. Assim, o direito aduzido, nesta sede, não se apresenta robusto o suficiente para justificar ordem de suspensão das investigações policiais.

Ademais o reconhecimento da prescrição, como cedoço, importa na extinção da punibilidade, efeito que não pode derivar de um provimento liminar. Daí que me afigura consentâneo e prudente determinar o trancamento postulado, se for o caso, após análise mais vertical dos fundamentos e fatos aduzidos no presente feito, a fim de evitar as deletérias consequências que uma ordem liminar poderia ocasionar à investigação do crime em tese, que, a propósito, ainda não tem contornos materiais típicos definidos.

Do exposto, indefiro a ordem liminar requerida.

Dê-se vista dos autos à D. Procuradoria de Justiça.

Custas pelo Estado.

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

Boa Vista/RR, 02 de maio de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

Agravo de Instrumento com Pedido de Liminar N.º 0010.03.000330-4 – Boa Vista/RR.

Agravante: Francisco Edmar de Souza.

Advogados: Luiz Fernando Menegais.

Agravado: Banco da Amazônia S/A.

Advogada: Maria da Glória de Souza Lima.

Relator: Exmo. Sr. Des. Cristóvão Suter (Juiz Convocado)

I - Trata os autos de Agravo de Instrumento c/ pedido de efeito suspensivo ativo, interposto por FRANCISCO EDMAR DE SOUZA relativo à decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 6.ª Vara Cível desta capital, que, em autos de Ação Cautelar Incidental Inominada, tombada sob o n.º 3 330-4, sobrestou a análise do pedido liminar até a realização da audiência determinada.

Aduz que referido *decisum* não poderia prosperar, porquanto nada obstante a existência de dois contratos de financiamento com a agravada, o primeiro deles em estado regular, encontrando-se o remanescente *sub judice*, impossível seria o lançamento de seu nome e de sua esposa junto aos órgãos de proteção ao crédito.

Requer, ao final, a concessão da tutela urgente, a fim de que, no mérito, seja confirmada, excluindo-se em definitivo o lançamento em tese indevido. É o breve relato. Passo a decidir.

II – Consoante se asseverou, pretende o agravante o deferimento de medida *initio litis*, alegando para tanto a presença dos requisitos legais.

Algumas observações se fazem necessárias.

Inicialmente, é de se registrar que resta impossível conhecer da pretensão no tocante à esposa do agravante.

Com efeito, referida pessoa sequer possui procurador técnico nos presentes autos, não constando dos elementos coligidos que figure como parte nos autos principais, circunstâncias que impedem o conhecimento da pretensão, consoante entendimento unânime de nossos Tribunais:

“*RECURSO – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO DO ADVOGADO DA AGRAVANTE – PEÇA OBRIGATÓRIA – CPC, ART. 525, INC. I – Não conhecimento. A petição de agravo de instrumento será instruída, obrigatoriamente, com cópia da procuração do advogado do agravante, sendo que sua falta, por se tratar de peça essencial, conduz ao não conhecimento do recurso*”. (TJPR – Ag Instr 0112923-1 – (8429) – Curitiba – 6ª C.Cív. – Rel. Des. Leonardo Lustosa – DJPR 11.03.2002)

Logo, neste particular, não conheço da pretensão.

Resta a análise do pedido expresso formulado pelo agravante.

Conforme se asseverou, pretende o recorrente a atribuição de efeito suspensivo ativo, traduzido na imediata retirada de seu nome do SERASA, alegando para tanto que a obrigação que deu origem à inscrição estaria sob o crivo do Judiciário, na medida em que teria ingressado com Ação Ordinária de Nulidade de Cláusulas Contratuais c/c Revisão de Saldo Devedor.

Nesse contexto, não se pode perder de vista que nossos Tribunais, uniformemente, tem deliberado que interposta ação judicial visando a discussão do débito, não podem seus pretensos credores lançar o nome do devedor junto aos órgãos de proteção ao crédito:

“*AÇÃO CAUTELAR – INSCRIÇÃO NO SERASA – DISCUSSÃO DA DÍVIDA – Pendente a dívida de discussão judicial, não pode o devedor ter seu nome lançado em órgãos de restrição ao crédito, pois seu débito poderá vir a ser desconstituído ou reduzido ao final dos trâmites processuais*”. (TAMG – AP 0339630-9 – (51245) – Sacramento – 1ª C.Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 02.10.2001)

Outro não é o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça:

“*CADASTRO DE INADIMPLENTES – “SERASA” – MONTANTE DO DÉBITO OBJETO DE DISCUSSÃO EM JUÍZO – EXCLUSÃO DO REGISTRO – Descabe a inserção do nome do devedor em órgãos de proteção ao crédito, enquanto tramita ação para definir a amplitude do débito. Prescindibilidade do depósito concernente à parcela incontroversa. Recurso especial conhecido e provido*”. (STJ – RESP 299530 – SP – 4ª T. – Rel. Min. Barros Monteiro – DJU 24.06.2002)

No caso em análise, consta dos elementos colacionados aos autos que o agravante ingressou com ação judicial visando discutir os valores pretendidos pelo agravado, demonstrando, de forma manifesta, a *fumaça do bom direito*.

Outrossim, tem-se como claro o *periculum in mora*, uma vez que manifestos serão os prejuízos do agravante caso não haja pronta resposta jurisdicional, justificando-se a concessão da medida *inaudita altera parte*.

III – Posto isto, em razão dos argumentos expendidos e pelo que dos autos consta, defiro o efeito suspensivo ativo pretendido, determinando ao agravado que promova a imediata retirada do nome do agravante junto ao Serasa, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (*quinhentos reais*). Encaminhe-se cópia deste *decisum* ao MM. Juiz de Direito da 6.ª vara cível desta capital, a fim de que possa, por igual, prestar as respectivas informações.

Intime-se o agravado.

Decorrido o respectivo prazo, com ou sem manifestação, conclusos.

Int.

Boa Vista, 30 de abril de 2003.

Juiz Convocado Cristóvão Suter
Relator

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

Habeas Corpus com Pedido de Liminar N.º 0010.03.000357-7 – Boa Vista/RR

Impetrante: Vilmar Francisco Maciel

Paciente: Marcion Borges Machado

Autoridade Coatora: **MM. Juiz de Direito da 4.ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista/RR**

Relator: Exmo. Sr. Des. Mauro Campello

DESPACHO

I – Defiro a inicial do Habeas Corpus com pedido de Liminar, uma vez estarem presentes os requisitos do artigo 654, § 1º do Código de Processo Penal;

II – Na forma do artigo 656 do Código de Processo Penal não vislumbro a necessidade de apresentação do Paciente, posto que os fatos e fundamentos expostos na peça exordial referem-se apenas a matéria de direito;

*III – Requisite-se do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista/RR as informações **por escrito**, instruídas com o que for pertinente, conforme artigo 662 do Código de Processo Penal, no prazo de 48 horas;*

IV – Quanto ao pedido liminar de concessão de Habeas Corpus, examinarei o pedido após prestadas as informações pela Autoridade apontada como coatora, considerando a necessidade destas para apreciação do WRIT (nesse sentido: STF, 1ª Turma, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJU 07/05/93, p.8331);

V – Após, voltem-me os autos conclusos.

Boa Vista/RR, 02 de maio de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

Agravo de Instrumento N.º 0010.03.000248-8 – Boa Vista/RR

Agravante: Marcos Antônio Atanaskovich

Advogado: Randerson Melo Aguiar

Agravada: Delegada Titular da DGCCP Leila Carvalho

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

DESPACHO

Vistos, etc.

Com a informação prestada pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, no qual noticia que homologou o pedido de desistência do **writ** formulado pelo ora agravante, pela perda do seu objeto, resta prejudicado o presente recurso.

Arquive-se.

Dê-se baixa.

Intimem-se.

Boa Vista, 30 de abril de 2003.

DES. ROBÉRIO NUNES

Relator

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA, BOA VISTA, 02 DE MAIO DE 2003.

BEL.ª SUANAM NAKAI DE C. NUNES

Secretária da Câmara Única

PRESIDÊNCIA

PORTARIA N.º 281, DE 02 DE MAIO DE 2003

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Designar as Oficiais de Justiça **REGEANE DA SILVA e MARINILZA PORTO SAMPAIO**, lotadas na Central de Mandados, para, nos termos da Portaria n.º 832/01, de 14.11.2001, cumprirem diligências, através do sistema de rodízio, no interior do Estado, no período de 11.05 a 09.06.2003.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Des. RICARDO OLIVEIRA

Presidente

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 591/03

Origem: Seção de Transportes.

Assunto: Solicita pagamento de diárias para o servidor Renan José Miranda de Lima.

DECISÃO

Adotando, como razão de decidir, a manifestação da Diretoria-Geral (fl. 07), defiro o pedido.

Publique-se.

Boa Vista, 29 de abril de 2003.

Des. RICARDO OLIVEIRA

Presidente

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 683/03

Origem: Justiça Especial Móvel.

Assunto: Solicita pagamento de diárias aos servidores que atuarão na visita da Justiça Móvel ao Município de Mucajaí.

DECISÃO

Adotando, como razão de decidir, a manifestação da Diretoria-Geral (fl.20), defiro o pedido.

Publique-se.**Boa Vista, 02 de maio de 2003.**Des. RICARDO OLIVEIRA
Presidente

GABINETE DAPRESIDÊNCIA, BOA VISTA-RR, 02 DE MAIO DE 2003.

Clarete Aparecida Castralli
Chefe de Gabinete da Presidência

COMARCA DE BOA VISTA

2ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO
(NO PRAZO DE 30 DIAS)

Juiz de Direito : Dr. Rommel Moreira Conrado

ORDINÁRIA

Processo nº 0010 03 057385-0

Autor : **O ESTADO DE RORAIMA.**Réu: **ELACI MATOS DA SILVA.**

FINALIDADE : Citar **Elcinara Pereira de Matos e Eliane Pereira de Matos**, para nos termos do art. 1.065 do CPC: a parte contrária será citada para contestar o pedido no prazo de 05 dias, cabendo -lhe exibir as cópias contrafés e mais reproduções dos atos e documentos que estiverem em seu poder. § 1º se a parte concordar com a restauração, lavrar-se-á o respectivo auto que, assinado pelas partes e homologado pelo Juiz, suprirá o processo desaparecido. § 2º se a parte não contestar ou se a concordância for parcial, observar-se-á o disposto no art. 803.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 2º andar, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista- RR

Boa Vista-RR, 02.05.2003.

Hudson L. V. Bezerra
Escrivão Judicial**EDITAL DE PRAÇA**

O Dr. Rommel Moreira Conrado - Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista-RR, torna pública a realização do seguinte Leilão:

REFERENTE: Execução Fiscal nº 001001003024-4, que o Município de Boa Vista move contra **WALDECIR JOÃO FONTANA.****OBJETO:**

01 (UM) imóvel lote de terras nº 225(antigo17), da quadra 139(antiga 39), zona 04 - bairro mecejana, nesta cidade, com os seguintes limites e metragens: frente com a Av. Bríg. Eduardo Gomes, medido 10,0 metros + 5,00 metros; fundos com parte do lote nº 240 , medido 15 metros; lado direito com a rua Paulo VI, medido 29,0 metros + 5,00 metros, e lado esquerdo com o lote nº 174, medido 31,70 metros, ou seja, a área de 480,25m quadrados.. Com edificação comercial, Visto e avaliado em R\$30.000,00(trinta mil reais)

DATA e HORÁRIO: 30 de julho de 2003, às 11:00h.

SEDE DO JUÍZO: Fórum Advogado Sobral Pinto - 1º andar, sito à Praça do Centro Cívico s/n - Centro, nesta capital.

Boa Vista, 02 de maio de 2003.

Hudson L. V. Bezerra
Escrivão Judicial

3ª VARA CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(NO PRAZO DE 20 DIAS)

Juiz : Dr. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, MM. Juiz de Direito Titular - 3ª Vara Cível.

Processo n. 1003 062757-3

Ação: Inquérito Judicial

Requerente: José Antônio Hirt Moreira

Requerido: A. V. de Queiroz

FINALIDADE: Intimação dos CREDORES para, no prazo de 05 (CINCO) dias, alegar e requerer o que acharem conveniente ao inquérito (art. 104, LF).

SEDE DO JUIZO: FORUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 1º andar, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista - RR

Boa Vista - RR, 29 de abril de 2003.

Bel. Ronaldo Barroso Nogueira
Escrivão Judicial

EDITAL DE INTIMAÇÃO

(NO PRAZO DE 20 DIAS)

Juiz : Dr. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, MM. Juiz de Direito - 3ª Vara Cível.

Processo n. 1001 004975-6

Ação: Registro Civil de Nascimento

Requerente: Pedro João Petillo

Advogado : DPE

Processo n. 1002 039577-7

Ação: Registro Civil de Nascimento

Requerente: Charlene Josefa da Silva

Advogado : DPE

Processo n. 1001 000966-9

Ação: Registro Civil de Nascimento

Requerente: Tenildo Rodrigues da Silva

Advogado : DPE

Processo n. 1001 004436-9

Ação: Registro Civil de Nascimento

Requerente: Charles James José, rep. p/ Alex José

Advogado : DPE

Processo n. 1002 054962-1

Ação: Registro Civil de Nascimento

Requerente: Cleber Abreu da Silva

Advogado : DPE

Processo n. 1003 059678-6

Ação: Registro Civil de Nascimento

Requerente: Ana Luana Pereira da Silva

Advogado : DPE

Processo n. 1003 059270-2

Ação: Retificação de Registro Civil de Nascimento

Requerente: Naida Barbosa dos Santos, rep. p/ Nardélio dos Santos

Advogado : DPE

Processo n. 1002 046759-2

Ação: Registro Civil de Nascimento

Requerente: Marcia Simão Jacob

Advogado : DPE

FINALIDADE: Intimar os requerentes acima mencionados, para darem andamento ao feito no prazo de 48 horas, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267, III, e § 1º, CPC).

SEDE DO JUIZO: FORUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 1º andar, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista - RR

Boa Vista - RR, 29 de abril de 2003.

Bel. Ronaldo Barroso Nogueira
Escrivão Judicial

2ª VARA CRIMINAL

MM. Juiz de Direito Titular

Gursen de Miranda

MM. Juiz de Direito em substituição legal

Breno Jorge Portela S. Coutinho

Escrivão Judicial

Djacir Raimundo de Sousa**Expediente do dia 02 de maio de 2003
para ciência e intimação das partes.**

PORTARIA N.º 005/2003 - GABINETE

O MM. Juiz de Direito Substituto BRENO JORGE PORTELA SILVA COUTINHO, respondendo pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais, etc. ...

RESOLVE:

Art. 1.º ELOGIAR os servidores abaixo relacionados, pelos bons serviços prestados na Secretaria da 2ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista, no período de 14.04.2003 a 30.04.2003, quando da substituição legal exercida por este magistrado na referida Vara Criminal:

Djacir Raimundo de Sousa	Escrivão Judicial;
Ataliba de Albuquerque Moreira	Técnico Judiciário;
Reginaldo Antonio Csiszer	Técnico Judiciário;
Janaína Debastiani	Secretaria de Gabinete;
Isaías Andrade Leite	Assistente Judiciário;
Oiran Braga dos Santos	Assistente Judiciário;
João Swamy Miranda da Silva	Assistente Judiciário;

Art. 2.º Encaminhe-se a Divisão de Recursos Humanos do E. Tribunal de Justiça para os devidos assentamentos nas fichas funcionais dos servidores;

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comarca de Boa Vista (RR), em 30 de abril de 2003

Breno Jorge Portela Silva Coutinho

Juiz de Direito

Respondendo pela 2ª Vara Criminal

Boa Vista - RR, 02 de maio de 2003

Djacir Raimundo de Sousa

Escrivão Judicial

PORTARIA N.º 005/2003 - GABINETE

O MM. Juiz de Direito Substituto BRENO JORGE PORTELA SILVA COUTINHO, respondendo pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais, etc. ...

RESOLVE:

Art. 1.º ELOGIAR os servidores abaixo relacionados, pelos bons serviços prestados na Secretaria da 2ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista, no período de 14.04.2003 a 30.04.2003, quando da substituição legal exercida por este magistrado na referida Vara Criminal:

Djacir Raimundo de Sousa	Escrivão Judicial;
Ataliba de Albuquerque Moreira	Técnico Judiciário;
Reginaldo Antonio Csiszer	Técnico Judiciário;
Janaína Debastiani	Secretaria de Gabinete;
Isaías Andrade Leite	Assistente Judiciário;
Oiran Braga dos Santos	Assistente Judiciário;
João Swamy Miranda da Silva	Assistente Judiciário;

Art. 2.º Encaminhe-se a Divisão de Recursos Humanos do E. Tribunal de Justiça para os devidos assentamentos nas fichas funcionais dos servidores;

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Breno Jorge Portela Silva Coutinho
Juiz de Direito
Respondendo pela 2ª Vara Criminal

Proc. n.º 0010 01 011700-9
Sursis Processual - Extinção - Cumprimento
Beneficiado : ELZIO PEREIRA DA SILVA

S E N T E N Ç A

Vistos, etc. ...

ELZIO PEREIRA DA SILVA, qualificado nos autos, foi beneficiado com a suspensão condicional do processo, na forma do artigo 89, da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais), conforme proposta do Ministério Público (fls. 47) e Termo lavrado às fls. 77.

Transcorrido o lapso temporal do sursis processual, o Ministério público manifestou-se pela decretação da extinção da punibilidade (fls. 112v.).

Vieram-me os autos.

D E C I D O

Com razão o douto promotor de justiça, expirado o prazo da suspensão condicional do processo sem revogação, deve ser declarada, pelo Juiz, a extinção da punibilidade.

Desta forma, em face do exposto acato o douto parecer ministerial e com fundamento no § 5.º, do artigo 89, da Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais), **DECLARO**, por sentença, extinta a punibilidade em relação ao beneficiado **ELZIO PEREIRA DA SILVA**, qualificado nos autos da Ação Penal n.º 0010 01 011700-9, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista (RR).

Anotações e comunicações de praxe.

Ciente o Ministério Público.

Após o trânsito em julgado, baixas necessárias.

P. R. I. e C.

Boa Vista (RR), em 30 de abril de 2003.

Breno Jorge Portela Silva Coutinho
Juiz de Direito
respondendo pela 2.ª Vara Criminal

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

MMª. Juíza de Direito Titular
GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO

Escrivã
CLÁUDIA NATTRODT

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Dra. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO, MMª. Juíza de Direito do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Boa Vista, na forma da Lei, etc...

Processo: 0010 02 048906-7
Ação: Adoção
Requerente: Z. A. de A.
Advogado: Dr. LUIZ AUGUSTO MOREIRA – OAB/RR - 177

FINALIDADE: Intimar o Advogado da Autora, o Dr. LUIZ AUGUSTO MOREIRA – OAB/RR - 177, para que proceda a devolução do processo 0010 02 048906-7, Ação de Adoção, no prazo de 24 horas, sob pena de responder ao disposto nos artigos 195 e 196, ambos do CPC.

SEDE DO JUÍZO: RUA ALFERES PAULO SALDANHA, Nº 511, FONE 623-2957, BAIRRO SÃO FRANCISCO, BOA VISTA-RR.

Boa Vista-RR, 02 de maio de 2003.

Cláudia Nattrodt
Escrivã

A Dra. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO, MMª. Juíza de Direito do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Boa Vista, na forma da Lei, etc...

Processo: 0010 03 057420-5

Ação: Infração Administrativa

Réu: Comercial BK – Vídeo o Quê

Advogado: Dr. SAMUEL WEBER BRAZ – OAB/RR - 209

FINALIDADE: Intimar o Advogado do Réu, o Dr. SAMUEL WEBER BRAZ – OAB/RR - 209, para que proceda a devolução do processo 0010 030 57420-5, Infração Administrativa, no prazo de 24 horas, sob pena de responder ao disposto nos artigos 195 e 196, ambos do CPC.

SEDE DO JUÍZO: RUA ALFERES PAULO SALDANHA, Nº 511, FONE 623-2957, BAIRRO SÃO FRANCISCO, BOA VISTA-RR.

Boa Vista-RR, 02 de maio de 2003.

Cláudia Nattrodt
Escrivã

2º JUIZADO ESPECIAL

MM. Juiz de Direito
ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Escrivã em exercício
Ingrid Gonçalves dos Santos

Expediente do dia 30 de abril de 2003
para ciência e intimação das partes

CRIMINAL

PROC. N.º 001003062519-7 - INCIDENTE PROCESSUAL

Autor do fato: Josemary Silva Cordovas

Vítima: Jorge Souza França

FINAL DE SENTENÇA: Vistos os autos,... Assim sendo, JULGO O PEDIDO EXTINTO por impossibilidade jurídica do mesmo. Após o trânsito em julgado, archive-se. Em, 28/04/03 (a) Erick C.L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 001002043879-1 - CRIME C/PESSOA

Autor do fato: Boaventura Matias

Vítima: Maiara Barbosa de Souza

FINAL DE SENTENÇA: ..., Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela decadência, com base no art. 107, IV, do Código Penal. P.R. I.

Em, 15/04/03 (a) Erick C.L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 001002051240-5 - CRIME C/PESSOA

Autor do fato: Carlos Henrique Beraldo Viana

Vítima: Reginaldo Alves Pereira

FINAL DE SENTENÇA: ..., Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela decadência, com base no art. 107, IV, do Código Penal. P.R. I.

Em, 15/04/03 (a) Erick C.L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 001002038661-0 - CRIME C/PESSOA

Autor do fato: Maria Núbia de Oliveira

Vítima: Creuza da Conceição Rodrigues Santos

FINAL DE SENTENÇA: ..., Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela decadência, com base no art. 107, IV, do Código Penal. P.R. I.

Em, 15/04/03 (a) Erick C.L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 001002047300-4 - CRIME C/PESSOA

Autor do fato: Afranio da Silva Pinto

Vítima: Rita Cley Costa de Lima

FINAL DE SENTENÇA: ..., Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela decadência, com base no art. 107, IV, do Código Penal. P.R. I.

Em, 15/04/03 (a) Erick C.L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 001003058394-1 - CRIME C/PESSOA

Autor do fato: Jaime Lopes Ferreira

Vítima: Maria Gracilene Ventura da Silva

DESPACHO: Vistos os autos, ... Desta feita, por acolher a bem lançada fundamentação do Ministério Público, declaro extinta a punibilidade do autor do fato, em razão da renúncia da vítima ao direito de representação.

P.R.I.

Em, 15/04/03 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 001003057643-2 - CRIME C/ADM. PÚBLICA

Vítima: Justiça Pública

Autor do fato: Francisco das Chagas Barbosa

FINAL DE DECISÃO: ..., Pois bem, na hipótese dos autos, entende a douta Promotoria que não vislumbra na hipótese dos autos, elementos necessários ao adequado manejo da competente *actio criminalis*. Comungo de idêntica tese e adoto o Parecer do Ministério Público como razão de decidir. Assim sendo, acolho a manifestação do *Parquet* estadual, relativamente a este TC e lhe determino o arquivamento. Feitas as necessárias anotações e comunicações, archive-se. Cientifique-se o Ministério Público. Em, 07/04/03 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 001002051268-6 - CRIME C/PESSOA

Vítima: Elia de Oliveira da Rocha

Autor do fato: Lúcio Evandro Costa Vieira

FINAL DE DECISÃO: ..., Assim, amparado no art. 77, § 2º, da lei nº 9.099/95 e com alicerce nos argumentos acima joeirados, JULGO este Juízo incompetente para conhecer e processar o presente feito. Determino ao Cartório a remessa destes autos, via distribuição, a uma das Varas Criminais desta Comarca, em razão da incompetência deste Juízo para apreciar e decidir a lide. Procedam-se as necessárias anotações e baixas. Após, remetam-se os autos ao Juízo competente, com as nossas homenagens.

P.R. Intimem-se.

Em, 07/04/03 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 001003059164-7 - CRIME C/ADM. PÚBLICA

Vítima: Justiça Pública

Autor do fato: Veridiano Gomes da Silva

FINAL DE DECISÃO: ..., Ante o exposto, acolho o parecer Ministerial, para o fim de determinar o arquivamento do processo.

Intimem-se.

Em, 08/04/03 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 0001002056115-4 - CRIME C/PESSOA

Vítima: Artemiza Pereria Santiago

Autor do fato: João Dias Castro

FINAL DE SENTENÇA:..., Desta feita, por acolher a bem lançada fundamentação do Ministério Público, declaro extinta a punibilidade do autor do fato, em razão da renúncia da vítima ao direito de representação.

P.R.I.

Em, 15/04/03 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 001020444416-1 - CRIME DE TÓXICOS

Vítima: Justiça Pública

Autor do fato: José Adriano de Sousa Reis e Graciete Rodrigues da Silva

FINAL DE SENTENÇA:..., Em razão do cumprimento da transação penal julgo extinta a punibilidade do Autor do Fato. Anotações necessárias.

P.R. Intime-se.

Em, 14/04/03 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 001003059999-6 - CRIME C/PESSOA

Vítima: Irandi de Moraes Ananias

Autor do fato: Jardel Vinente de Melo

FINAL DE SENTENÇA:..., Desta feita, por acolher a bem lançada fundamentação do Ministério Público, declaro extinta a punibilidade do autor do fato, em razão da renúncia da vítima ao direito de representação.

P.R.I.

Em, 15/04/03 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 00102052830-2 - CRIME C/PESSOA

Vítima: Antonio Júnior Silva Soares

Autor do fato: Ovidio Júnior Silva Soares

FINAL DE SENTENÇA:..., Desta feita, por acolher a bem lançada fundamentação do Ministério Público, declaro extinta a punibilidade do autor do fato, em razão da renúncia da vítima ao direito de representação.

P.R.I.

Em, 15/04/03 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 001003057836-2. - CRIME C/PESSOA

Vítima: Denilza Rocha da Silva

Autor do fato: Valfredo Henrique dos Santos

FINAL DE SENTENÇA:..., Desta feita, por acolher a bem lançada fundamentação do Ministério Público, declaro extinta a punibilidade do autor do fato, em razão da renúncia da vítima ao direito de representação.

P.R.I.

Em, 15/04/03 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 00100204529-5 - CRIME C/PESSOA

Vítima: Francislene Viana da Silva

Autor do fato: Aldenizio Honorato de Souza

FINAL DE SENTENÇA:..., Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela decadência, com base no artigo 107, IV, do Código Penal. P.R.I.

Em, 15/04/03 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 001002047043-0 - CRIME C/PATRIMÔNIO

Vítima: Manoel Luiz da Silva Santos

Autor do fato: Gesiel Almeida de Souza

FINAL DE SENTENÇA:..., Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela decadência, com base no artigo 107, IV, do Código Penal. P.R.I.

Em, 15/04/03 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 0010 02 041302-6 - CRIME C/PESSOA

Vítima: Maria de Jesus da Silva

Autor do fato: Joaquim Francisco Filho

FINAL DE SENTENÇA:..., Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela decadência, com base no artigo 107, IV, do Código Penal. P.R.I.

Em, 15/04/03 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 0010 02 051114-2 - CRIME C/PESSOA

Vítima: Maria Aparecida da Silva

Autor do fato: João Alves Carvalho

FINAL DE SENTENÇA:..., Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela decadência, com base no artigo 107, IV, do Código Penal. P.R.I.

Em, 15/04/03 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito.

PROC. N.º 001003060169-3 - CRIME C/PESSOA

Vítima: Rodrigo Mota de Macedo

Autor do fato: Carlos Augusto de Macedo

FINAL DE SENTENÇA:..., Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela prescrição da pretensão punitiva estatal, com fundamento no artigo 107, IV, do Código Penal.

P.R.I.

Em, 15/04/03 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito.

Boa Vista/RR, 30 de abril de 2003.

Ingrid Gonçalves dos Santos
Escrivã em exercício

EDITAL DE LEILÃO I

MM. Juiz de Direito do 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Boa Vista, Dr. Erick Cavalcanti Linhares Lima, torna público que será realizado o seguinte leilão:

Processo n° 001002044429-4 - EXECUÇÃO

Exeqüente: Josefa da Silva Oliveira

Executado : Dirlene da Costa Melo

BEM(NS): 01 (um) aparelho de tv, marca sharp, 14 polegadas, colorida, em bom estado de conservação. Avaliado em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)

DATA E HORÁRIO : 1º Leilão - dia de maio de 2003 às 09:30 hs. A arrematação não poderá ser efetuada por preço inferior ao da avaliação.

DATA E HORÁRIO : 2º Leilão - dia 30 de maio de 2003 às 09:30 hs. A arrematação poderá ser efetuada por quem mais der, não sendo aceito preço vil.

LOCAL: 2º Juizado Especial Cível e Criminal - Fórum Advogado Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro - Fone 0XX 95 6244505 - CEP 69.311-000 - Boa Vista/RR.

Boa Vista - RR, 30 de abril de 2003.

Ingrid Gonçalves dos Santos
Escrivã em exercício

EDITAL DE LEILÃO II

O MM. Juiz de Direito do 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Boa Vista, Dr. Erick Cavalcanti Linhares Lima, torna público que será realizado o seguinte leilão:

Processo n° 001001001286-1 - COBRANÇA

Requerente: Clodoildo Moreira de Moraes

Advogado: Dr. Sebastião Ernesto Santos dos Anjos e outro

Requerido: Luiz Lins de Albuquerque

Advogado: Dr. Juscelino K. Pereira

BEM(NS): 01 (um) touro neloura, registrado, reprodutor, com 05 (cinco) anos de idade, puro sangue, pesando aproximadamente 600 kg, marca “lã”, branco. Avaliado em R\$5.000,00 (cinco mil reais)

02 (duas) vacas neloura com oito anos, peso 400 kg, cada, marcada “lã”, brancas, . Avaliadas em R\$ 900,00 (novecentos reais)

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)

DATA E HORÁRIO : 1º Leilão - dia 07 de maio de 2003, às 10:00 horas. A arrematação não poderá ser efetuada por preço inferior ao da avaliação.

DATA E HORÁRIO: 2º Leilão - dia 21 de maio de 2003, às 10:00 hs. A arrematação poderá ser efetuada por quem mais der, não sendo aceito preço vil.

LOCAL: 2º Juizado Especial Cível e Criminal - Fórum Advogado Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro - Fone 0XX 95 621.2748 - CEP 69.311-000 - Boa Vista/RR.

Boa Vista - RR, 30 de abril de 2003.

Ingrid Gonçalves dos Santos
Escrivã em exercício

PORTARIA Nº 008/03 - JECRRIM Boa Vista, 30 de abril de 2003

O Doutor **ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA**, MM. Juiz de Direito do 2º Juizado Especial Cível e Criminal de Boa Vista, no uso de suas atribuições legais etc

CONSIDERANDO a licença maternidade da escrivã deste Juizado e da necessidade imprescindível da presença de um escrivão para pleno funcionamento cartorário,

RESOLVE:

I - Designar a servidora **INGRID GONÇALVES DOS SANTOS**, técnica judiciária, para responder pela secretaria deste Juízo, pelo período em que se der o afastamento da titular, iniciando-se a partir do dia 22 de abril do ano em curso.

II – Dê-se ciência aos servidores.

III - Publique-se.

Boa Vista/RR, 30 de abril de 2003

ERICK C. L. LIMA
Juiz de Direito

COMARCA DE CARACARAÍ

EDITAL DE CITAÇÃO
Com Prazo De 15 (quinze) dias

O Doutor JARBAS LACERDA DE MIRANDA, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Caracará-RR, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os termos da **Ação Penal nº 002002002055-6**, em que é parte autora a **JUSTIÇA PÚBLICA** e figura como acusado **RAIMUNDO MELGUEIRO DE SOUZA, vulgo “Tuchê”**, brasileiro, solteiro, operador de trator, natural de Caracará-RR, nascido em 04/02/1976, com 27 anos, filho de Adalberto Melgueiro de Souza e de Osneide Maciel de Souza, estando em lugar incerto e não sabido, fica pelo presente **CITADO** para comparecer acompanhado de advogado **no dia 18/08/2003 às 10:00 horas**, na Sala de Audiências do Fórum Juiz Paulo Martins de Deus, sito Praça do Centro Cívico, s/nº, Centro, Caracará-RR, a fim de ser interrogado e ver-se processar na ação supra mencionada em que constam como acusado, sob pena de revelia. Para que chegue ao conhecimento de todos o MM. Juiz mandou expedir o presente Edital, que será publicado na forma da Lei e fixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Caracará-RR, aos vinte e nove dias do mês abril do ano de dois mil e três. Eu, **GLEYSIANE DA SILVA MATOS** – ASSISTENTE JUDICIÁRIO, digitei. Eu, _____, Escrivã Judicial, subscrevo e assino de ordem do MM. Juiz de Direito.

Maria do P. S. de L. G. Azevedo
ESCRIVÃ JUDICIAL

EDITAL DE CITAÇÃO
Com Prazo De 15 (quinze) dias

O Doutor JARBAS LACERDA DE MIRANDA, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Caracará-RR, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os termos da **Ação Penal nº 002002002049-9**, em que é parte autora a **JUSTIÇA PÚBLICA** e figura como acusado **JOÃO DA CRUZ MACEDO** brasileiro, casado, vendedor, natural de Imperatriz-MA, nascido em 17/12/1982, com 20 anos, filho de Benedito Rosa de Macedo e de Rosa Felipe da Cruz Macedo, estando em lugar incerto e não sabido, fica pelo presente **CITADO** para comparecer acompanhado de advogado **no dia 18/08/2003 às 09:00 horas**, na Sala de Audiências do Fórum Juiz Paulo Martins de Deus, sito Praça do centro Cívico, s/nº, Centro, Caracará-RR, a fim de ser interrogado e ver-se processar na ação supra mencionada em que constam como acusado, sob pena de revelia. Para que chegue ao conhecimento de todos o MM. Juiz mandou expedir o presente Edital, que será publicado na forma da Lei e fixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Caracará-RR, aos vinte e nove dias do mês abril do ano de dois mil e três. Eu, GLEYSIANE DA SILVA MATOS – ASSISTENTE JUDICIÁRIA, digitei. Eu, _____, Escrivã Judicial, subscrevo e assino de ordem do MM. Juiz de Direito.

Maria do P. S. de L. G. Azevedo
ESCRIVÃ JUDICIAL

EDITAL DE CITAÇÃO
Com Prazo De 15 (quinze) dias

O Doutor JARBAS LACERDA DE MIRANDA, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Caracará-RR, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os termos da **Ação Penal nº 002002000995-5**, em que é parte autora a **JUSTIÇA PÚBLICA** e figura como acusado **VICENTE PEDRO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, comerciante, natural do estado do Ceará, nascido em 19/07/1943, com 59 anos, filho de Tereza de Jesus Carneiro, estando em lugar incerto e não sabido, fica pelo presente **CITADO** para comparecer acompanhado de advogado **no dia 19/08/2003 às 10:00 horas**, na Sala de Audiências do Fórum Juiz Paulo Martins de Deus, sito Praça do centro Cívico, s/nº, Centro, Caracará-RR, a fim de ser interrogado e ver-se processar na ação supra mencionada em que constam como acusado, sob pena de revelia. Para que chegue ao conhecimento de todos o MM. Juiz mandou expedir o presente Edital, que será publicado na forma da Lei e fixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Caracará-RR, aos vinte e nove dias do mês abril do ano de dois mil e três. Eu, GLEYSIANE DA SILVA MATOS – ASSISTENTE JUDICIÁRIA, digitei. Eu, _____, Escrivã Judicial, subscrevo e assino de ordem do MM. Juiz de Direito.

Maria do P. S. de L. G. Azevedo
ESCRIVÃ JUDICIAL

EDITAL DE CITAÇÃO
Com Prazo De 15 (quinze) dias

O Doutor JARBAS LACERDA DE MIRANDA, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Caracará-RR, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os termos da **Ação Penal nº 002002001972-3**, em que é parte autora a **JUSTIÇA PÚBLICA** e figura como acusado **FRANCISCO DE ASSIS MOTA DE OLIVEIRA, vulgo “França” ou “Cachaça”**, brasileiro, solteiro, braçal, natural de Manaus-AM, nascido em 05/08/1969, com 33 anos, filho de Cristóvão Vilaça Mota e de Laurita Vilaça Mota, estando em lugar incerto e não sabido, fica pelo presente **CITADO** para comparecer acompanhado de advogado **no dia 19/08/2003 às 09:00 horas**, na Sala de Audiências do Fórum Juiz Paulo Martins de Deus, sito Praça do centro Cívico, s/nº, Centro, Caracará-RR, a fim de ser interrogado e ver-se processar na ação supra mencionada em que constam como acusado, sob pena de revelia. Para que chegue ao conhecimento de todos o MM. Juiz mandou expedir o presente Edital, que será publicado na forma da Lei e fixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Caracará-RR, aos vinte e nove dias do mês abril do ano de dois mil e três. Eu, GLEYSIANE DA SILVA MATOS – ASSISTENTE JUDICIÁRIA, digitei. Eu, _____, Escrivã Judicial, subscrevo e assino de ordem do MM. Juiz de Direito.

Maria do P. S. de L. G. Azevedo
ESCRIVÃ JUDICIAL

COMARCA DE RORAINÓPOLIS

EDITAL DE 1ª e 2ª PRAÇA

A DRA. MARIA APARECIDA CURY, MM. JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RORAINÓPOLIS/RR, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI ETC, TORNA PÚBLICO QUE SERÁ REALIZADA A SEGUINTE PRAÇA:

REFERENTE: Ação de Execução nº 0047 02 000694-7, movida pelo BANCO DA AMAZÔNIA S/A contra A.M. MILITÃO.

OBJETO DA PRAÇA: 01 (um) Imóvel rural denominado lote 22, Colônia Jundiá, registrado no Cartório de Imóveis da Comarca de Caracará/RR, às fls. 19, do Livro 2-F, sob o nº R-1-1.285, de propriedade do executado, avaliado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na data de 03/06/2002.
DATA, HORÁRIO e LOCAL: 1ª Praça do bem penhorado: **Dia 10 de junho de 2003 às 09 horas e 15 minutos**, na sede deste Juízo, sito à Av. Pedro Daniel da Silva, s/nº, Centro, Rorainópolis/RR, ocasião em que poderá o objeto da praça ser arrematado por lance superior ao da avaliação. Não alcançando lance superior ao da avaliação, seguir-se-á **2ª Praça, no dia 25 de junho de 2003, no mesmo horário e local**, sendo sua alienação pelo maior lance, não sendo aceito preço vil. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou a MM Juíza expedir o presente edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. **CUMPRE-SE** OBSERVADAS AS PRESCRIÇÕES LEGAIS. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos 24 dias do mês de abril do ano de dois mil e três. Eu, **Regina Veras**, Assistente Judiciária, o digitei. Eu, **Pablo Igreja**, Escrivão em exercício dos feitos cíveis, confiro, subscrevo e assino de ordem da MM. Juíza de Direito Titular desta Comarca.

Pablo Raphael dos Santos Igreja

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

A DRA. MARIA APARECIDA CURY, MM. JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RORAINÓPOLIS/RR, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI ETC.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os termos da **Ação de Divórcio Litigioso nº 0047 02 000099-9**, em que M.M.M. de Lima move contra J.V.A. de Lima, fica **CITADO JOSÉ VITAL ASSIS DE LIMA**, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência de todo o teor da petição inicial, nos autos supramencionado, e caso, queira contestar a presente ação que o faça no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação deste, ou na audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, **designada para o dia 20 de maio de 2003 às 10:00 hs., sob pena de revelia e confissão**. E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM Juiz expedir o presente edital que será fixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. **CUMPR-SE OBSERVADAS AS PRESCRIÇÕES LEGAIS**. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e três. Eu, **Regina Vasconcelos Veras**, Assistente Judiciária, o digitei. Eu, **Pablo Igreja**, Escrivão em exercício dos feitos cíveis, subscrevo e assino de ordem da MM Juíza de Direito Titular desta Comarca.

Pablo Raphael dos Santos Igeja
Escrivão em exercício
Port. 001/03

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

A DRA. MARIA APARECIDA CURY, MM. JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RORAINÓPOLIS/RR, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI ETC.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Única Vara Cível, se processam os termos da **Ação de Declaratória nº 0047 02 000029-6**, proposta por **MARIA PEREIRA DE SOUZA**, ficando **CITADOS** os **HERDEIROS do Sr. CÍCERO BAZÍLIO DOS SANTOS**, todos de nome e qualificação ignorados, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, para **que figurem no pólo passivo da presente Ação**, a fim de se manifestarem no prazo legal, na Ação supra citada, em que a requerente solicita, por sentença, a declaratória de sua união estável com o seu companheiro falecido, Sr. CÍCERO BAZÍLIO DOS SANTOS. Ficando os mesmos cientificados de que poderão apresentar contestação à presente Ação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação deste, **SOB PENA DE REVELIA E CONFISSÃO**. E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital que será fixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. **CUMPR-SE** Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e três. Eu, **Regina Veras**, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, **Pablo Igreja**, Escrivão em Exercício, subscrevo de ordem da MM Juíza de Direito Titular desta Comarca.

Pablo Raphael dos Santos Igreja
Escrivão em Exercício
Port. 001/03

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

A DRA. MARIA APARECIDA CURY, MM. JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RORAINÓPOLIS/RR, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI ETC.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os termos da **Ação de Divórcio nº 0047 03 001654-8**, proposta por José Barbosa contra L.S.P.B., fica **CITADA LOURDES DE SOUZA PINTO BARBOSA**, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência de todo o teor da petição inicial, nos autos supramencionado, e caso, queira contestar a presente ação que o faça no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação deste, **SOB PENA DE REVELIA E CONFISSÃO**. E para o devido conhecimento de todos, mandou a MM Juíza expedir o presente edital que será fixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. **CUMPR-SE OBSERVADAS AS PRESCRIÇÕES LEGAIS**. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e três. Eu, **Regina Veras**, Assistente Judiciária, o digitei. Eu, **Pablo Igreja**, Escrivão em Exercício dos feitos cíveis, subscrevo e assino de ordem da MM Juíza de Direito Titular desta Comarca.

Pablo Raphael dos Santos Igreja
Escrivão Judicial em Exercício

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA – TRE/RR

PRESIDÊNCIA

PORTARIA N.º 226, DE 29 DE ABRIL DE 2003.

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso das suas atribuições,

R E S O L V E :

1. Interromper, por necessidade de serviço, com fulcro no art. 10, da Portaria n.º 166/2001, o 2º período das férias relativas ao exercício de 2003 do servidor CARLOS EMERSON AZEVEDO DE ARAÚJO, a partir do dia 23.04.2003;
2. Alterar, por interesse do próprio servidor, com base no art. 9º, I, da citada Portaria, o 3º período das referidas férias, marcado anteriormente para gozo de 28.07 a 06.08.2003, devendo o aludido servidor vir a usufruir suas férias, relativas a este exercício, no interregno de 01 a 19.12.2003.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador MAURO CAMPELLO - Presidente do TRE/RR

PORTARIA N.º 227, DE 29 DE ABRIL DE 2003.

O Desembargador MAURO CAMPELLO, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições e na forma da Resolução do TSE n.º 20.251, de 24 de junho de 1998, e do art. 22, § 8º, da Lei n.º 8.460/92 (redação dada pela Lei n.º 9.527/97),

R E S O L V E:

I - Conceder diárias na forma discriminada a seguir:

Descrição sintética do serviço a ser executado: deslocamento de magistrado e servidores, ao município abaixo mencionado, com a finalidade de acompanhar os trabalhos inerentes à revisão eleitoral e realizar audiências de justificações.

Destino: Cantá/RR.

Período de afastamento: 29.04.2003.

N.º de diárias: 0,5 (meia) diária

Magistrado:

Dr. LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET – Juiz da 3ª Zona Eleitoral.

Servidores:

LIDUINA RICARTE BESERRA AMÂNCIO – Escrivã da 3ª Zona Eleitoral;

HÉLIO BRILHANTE PEREIRA – Chefe da Seq. de Coord. e Inform. de Eleições, símbolo FC-5;

MARINALDO VIANA COSTA – Aux. Espec. da Seq. de Transp. e Segurança, símbolo FC-1.

Ao magistrado:

Valor unitário da diária: R\$ 181,50

Valor total da diária: R\$ 90,75

Valor a ser pago: R\$ 90,75

À primeira servidora:

Valor unitário da diária: R\$ 165,00

Valor total da diária: R\$ 82,50

Dedução do auxílio alimentação: 1 x R\$ 11,00 = R\$ 11,00

Valor a ser pago: R\$ 71,50

Ao segundo e terceiro servidores:

Valor unitário da diária: R\$ 165,00

Valor total da diária: R\$ 82,50

Dedução do auxílio alimentação: 1 x R\$ 14,15 = R\$ 14,15

Valor a ser pago: R\$ 68,35

II - Determinar que as diárias não utilizadas sejam restituídas em 5 (cinco) dias úteis, contados da data de retorno à sede, nos termos do art. 6º da Resolução do TSE n.º 20.251/98.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador MAURO CAMPELLO - Presidente do TRE/RR

PORTARIA N.º 228, DE 30 DE ABRIL DE 2003.

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Art. 1º - Nomear o Excelentíssimo Senhor Doutor CÉSAR HENRIQUE ALVES como Coordenador do Projeto de Criação, Organização e Funcionamento da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima.

Art. 2º - O Senhor Coordenador exercerá suas atividades mediante o apoio logístico da Diretoria-Geral deste Tribunal.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador MAURO CAMPELLO - Presidente do TRE/RR

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições,

C O N S I D E R A N D O, que o servidor **C L O D O A L D O M A R I N H O D A F O N S E C A**, Chefe da Seção de Administração de Edifício, símbolo FC-5, encontra-se de licença para tratamento de saúde em pessoa da família no período de 24.04 a 08.05.03.

R E S O L V E :

Designar o servidor **MIGUEL ARCANJO CHAVES DA SILVA**, para substituir o servidor no período acima mencionado.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador **MAURO CAMPELLO** - Presidente do TRE/RR

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Expediente do dia 02 de Maio de 2003 para ciência e intimação das partes.

DISTRIBUIÇÕES DE FEITOS

Em conformidade com o art. 41 do RI deste Tribunal, os seguintes feitos foram distribuídos no expediente do dia 30/04/2003:

PROCESSO N.º 1053 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB), REFERENTE AO ANO DE 2002.

REQUERENTE: CARLOS FERNANDES LIBÓRIO GOMES, PRESIDENTE REGIONAL DO PSB/RR.

RELATOR: JUIZ SILENO KLEBER.

PROCESSO N.º 1054 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002.

REQUERENTE: ANTÔNIO FRANCISCO BEZERRA MARQUES, PRESIDENTE DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PT/RR.

RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

PROCESSO N.º 1055 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA COMISSÃO REGIONAL PROVISÓRIA DE RORAIMA DO PARTIDO DA FRENTE LIBERAL (PFL), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002.

REQUERENTE: LUÍS BARBOSA ALVES, TESOUREIRO DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PFL/RR.

RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

PROCESSO N.º 1056 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC DO B), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002.

REQUERENTE: FÁBIO GONÇALVES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DO DIRETÓRIO ESTADUAL DO PC DO B/RR.

RELATOR: JUIZ ILLO AUGUSTO.

PROCESSO N.º 1057 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL (PRONA), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002.

REQUERENTE: JOSÉ MARIA QUEIROZ, PRESIDENTE REGIONAL DO PRONA/RR.

RELATOR: JUIZ HELDER GIRÃO.

Em conformidade com o art. 41 do RI deste Tribunal, os seguintes feitos foram distribuídos no expediente do dia 02/05/2003:

PROCESSO N.º 1058 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO DOS APOSENTADOS DA NAÇÃO (PAN), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002.

REQUERENTE: MARIA LUIZA VIEIRA CAMPOS, PRESIDENTE DA EXECUTIVA REGIONAL DO PAN/RR.

RELATOR: DES. JOSÉ PEDRO.

PROCESSO N.º 1059 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002.

REQUERENTE: IRADILSON SAMPAIO DE SOUZA, PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL DO PSDB/RR.

RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

PROCESSO N.º 1060 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO LIBERAL (PL), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002.

REQUERENTE: ROBÉRIO BEZERRA DE ARAÚJO, PRESIDENTE REGIONAL DO PL/RR.

PROCESSO N.º 1061 – CLASSE XI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL (PMN), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002.
REQUERENTE: PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL (PMN).
RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

PROCESSO N.º 1062 – CLASSE XI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002.
REQUERENTE: AIRTON ANTÔNIO SOLIGO, PRESIDENTE DO DIRETÓRIO ESTADUAL DO PPS/RR.
RELATOR: JUIZ ILLO AUGUSTO.

PROCESSO N.º 124 – CLASSE XII
ASSUNTO: PEDIDO DE CESSÃO DE 01(UMA) URNA ELETRÔNICA, A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO, PARA REALIZAÇÃO DE VOTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE NOSSA LOJA, PARA O PERÍODO DE 2003/2004, A REALIZAR-SE NO PRÓXIMO DIA 08/05/2003, ÀS 20:00 HORAS, NESTA CIDADE.
REQUERENTE: DIMAR FREITAS DE MESQUITA, VENERÁVEL MESTRE DA LOJA MAÇÔNICA LIBERDADE E PROGRESSO.
RELATOR: JUIZ HELDER GIRÃO.

PAUTA DE JULGAMENTO(S)

O Secretário Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral, com fulcro na Portaria n.º 039, de 23 de fevereiro de 2001, torna público, para conhecimento dos interessados, que na **Sessão Ordinária de 13 de Maio de 2003** ou nas Sessões subseqüentes, será(ão) julgado (s) o(s) seguinte(s) feito(s):

PROCESSO N.º 475 – CLASSE XI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE (PHS), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2001.
REQUERENTE: PAULO THADEU FRANCO DAS NEVES, PRESIDENTE DO PHS/RR.
RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

PROCESSO N.º 804 – CLASSE XI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO(A) SR(A). MARIA DO LIVRAMENTO ALVES FERRO, CANDIDATO(A) AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL PELO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB), NAS ELEIÇÕES DE 2002.
REQUERENTE: MARIA DO LIVRAMENTO ALVES FERRO.
RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

PROCESSO N.º 1008 – CLASSE XI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO(A) SR(A). ALMIR MORAIS SÁ, CANDIDATO(A) AO CARGO DE DEPUTADO FEDERAL PELO PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO (PPB), NAS ELEIÇÕES DE 2002.
REQUERENTE: ALMIR MORAIS SÁ.
RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO(S)

PROCESSO N.º 774 – CLASSE VI
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO ELEITORAL, COM BASE NO ARTIGO 96 DA LEI N.º 9.504/97, EM FACE DE SUPOSTA UTILIZAÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA PÚBLICA, COM O OBJETIVO DE INFLUENCIAR INDEVIDAMENTE A VONTADE DO ELEITORADO, AFETANDO A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE OS CANDIDATOS AO GOVERNO DO ESTADO, TENDO EM VISTA DIVULGAÇÃO, PELO REPRESENTADO, DE OBRAS E SERVIÇOS DA SUA GESTÃO À FRENTE DO ESTADO E CRIAÇÃO DE VÁRIOS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS ("PRÓ -CUSTEIO PARA AS COMUNIDADES INDÍGENAS", "REMISSÃO DE DÉBITOS A ADQUIRENTES DE UNIDADES RESIDENCIAIS COMERCIALIZADAS PELO EXTINTO BANCO DE RORAIMA E PELA CODESAIMA", "VALE ALIMENTAÇÃO", "CONCESSÃO DE PARCELA, MENTO, ANISTIA E REMISSÃO DE DÉBITOS FISCAIS RELACIONADOS COM O ICMS" E A "CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO A POLICIAL MILITAR").
REPRESENTANTE: OTTOMAR DE SOUSA PINTO.
ADV.: JOÃO FELIX DE SANTANA NETO E OUTROS.
REPRESENTADOS: FRANCISCO FLAMARI ON PORTELA E SALOMÃO AFONSO DE SOUZA CRUZ.
ADV.: MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA E OUTROS.
RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

Ao MPE.
Boa Vista, 30/04/03.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PROCESSO N.º 836 – CLASSE VI
ASSUNTO: CONSULTA SOBRE DIVISÃO DE VAGAS NAS DISTRIBUIÇÕES DO SISTEMA PROPORCIONAL.
CONSULENTES: DERMILTON BEZERRA DA SILVA E CARLOS EVANDRO ROCHA, ASSESSORES POLÍTICOS.
RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

Ao MPE.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PROCESSO N.º 67 – CLASSE VII
ASSUNTO: PEDIDO DE REGISTRO DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO NACIONALISTA DEMOCRÁTICO (PND).
REQUERENTE: FRANCISCO CARLOS NOBRE - PRESIDENTE DO DIRETÓRIO PROVISÓRIO DO PND.
RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

Ao MPE.
Boa Vista, 30/04/03.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PROCESSO N.º 464 – CLASSE XI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO DOS APOSENTADOS DA NAÇÃO (PAN),
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2001.
REQUERENTE: MARIA LUIZA VIEIRA CAMPOS, PRESIDENTE DO PAN/RR.
RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

Ao MPE.
Boa Vista, 30/04/03.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PROCESSO N.º 475 – CLASSE XI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE (PHS),
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2001.
REQUERENTE: PAULO THADEU FRANCO DAS NEVES, PRESIDENTE DO PHS/RR.
RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

INCLUA-SE NA PAUTA.
Boa Vista, 30/04/03.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PROCESSO N.º 477 – CLASSE XI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
(PMDB), REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE JANEIRO A ABRIL DE 2002.
REQUERENTE: JOSILENE MARIA MOREIRA LEITE, PRESIDENTE SUBSTITUTA DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PMDB/RR.
RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

I – R. H;
II – Ao MPE.
Boa Vista, 30/04/03.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PROCESSO N.º 804 – CLASSE XI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO(A) SR(A). MARIA DO LIVRAMENTO ALVES FERRO, CANDIDATO(A) AO CARGO DE
DEPUTADO ESTADUAL PELO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB), NAS ELEIÇÕES DE 2002.
REQUERENTE: MARIA DO LIVRAMENTO ALVES FERRO.
RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

INCLUA-SE NA PAUTA.
Boa Vista, 30/04/03.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PROCESSO N.º 822 – CLASSE XI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO(A) SR(A). SIDNEI RODRIGUES DE SOUZA, CANDIDATO(A) AO CARGO DE DEPUTADO
FEDERAL PELO PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA (PCO), NAS ELEIÇÕES DE 2002.
REQUERENTE: SIDNEI RODRIGUES DE SOUZA.
RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

Ao MPE.
Boa Vista, 30/04/03.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PROCESSO N.º 846 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO(A) SR(A). MANOEL NEVES DE MACEDO, CANDIDATO(A) AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL PELO PARTIDO LIBERAL (PL), NAS ELEIÇÕES DE 2002.

REQUERENTE: MANOEL NEVES DE MACEDO.

RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

Ao MPE.

BOA VISTA, 30/04/03.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PROCESSO N.º 888 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO(A) SR(A). JOSÉ ADALBERTO SILVA, CANDIDATO(A) AO CARGO DE DEPUTADO FEDERAL PELO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC DO B), NAS ELEIÇÕES DE 2002.

REQUERENTE: JOSÉ ADALBERTO SILVA.

RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

Ao MPE.

BOA VISTA, 30/04/03.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PROCESSO N.º 918 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO(A) SR(A). JUACIR CRUZ DE SOUZA, CANDIDATO(A) AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL PELO PARTIDO GERAL DOS TRABALHADORES (PGT), NAS ELEIÇÕES DE 2002.

REQUERENTE: JUACIR CRUZ DE SOUZA.

RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

Ao MPE.

BOA VISTA, 30/04/03.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PROCESSO N.º 936 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO(A) SR(A). JOÃO VALDER DE ALBUQUERQUE FILHO, CANDIDATO(A) AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL PELO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD), NAS ELEIÇÕES DE 2002.

REQUERENTE: JOÃO VALDER DE ALBUQUERQUE FILHO.

RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

À COCIN.

BOA VISTA, 30/04/03.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PROCESSO N.º 954 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO(A) SR(A). JOSÉ SILVA RODRIGUES, CANDIDATO(A) AO CARGO DE DEPUTADO FEDERAL PELO PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA (PRP), NAS ELEIÇÕES DE 2002.

REQUERENTE: JOSÉ SILVA RODRIGUES.

RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

À COCIN.

Boa Vista, 30/04/03.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PROCESSO N.º 978 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO(A) SR(A). ANTONIO PEREIRA DA SILVA, CANDIDATO(A) AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL PELO PARTIDO GERAL DOS TRABALHADORES (PGT), NAS ELEIÇÕES DE 2002.

REQUERENTE: ANTONIO PEREIRA DA SILVA.

RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

Ao MPE.

BOA VISTA, 30/04/03.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PROCESSO N.º 1008 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO(A) SR(A). ALMIR MORAIS SÁ, CANDIDATO(A) AO CARGO DE DEPUTADO FEDERAL PELO PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO (PPB), NAS ELEIÇÕES DE 2002.

REQUERENTE: ALMIR MORAIS SÁ.

RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

INCLUI-SE NA PAUTA.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PROCESSO N.º 121 – CLASSE XII

ASSUNTO: PEDIDO DE CESSÃO DE UMA URNA ELETRÔNICA PARA FINS DE REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RORAIMA, A REALIZAR-SE NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2003, DAS 08:00 ÀS 20:00 HORAS.

REQUERENTE: MARIA HORMECINDA ALMEIDA DE SOUZA CRUZ, PRESIDENTE DO CRM-RR.

RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

Ao MPE.

BOA VISTA, 30/04/03.

Juiz CRISTÓVÃO SUTER – Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO(S)

PROCESSO N.º 476 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO SOCIAL CRISTÃO (PSC), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2001.

REQUERENTE: JENNIFER SANTIAGO, PRESIDENTE DO PSC/RR.

RELATOR: JUIZ SILENO KLEBER.

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIAS – AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - ATENDIMENTO AOS DITAMES DA LEI N.º 9.096/95 E DA RESOLUÇÃO TSE N.º 19.768/96 – APROVAÇÃO.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos e de acordo com o parecer ministerial, em aprovar a prestação de contas do Partido Social Cristão - PSC, referente ao exercício financeiro do ano de 2001, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar este julgado.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, aos 29 dias do mês de abril do ano de dois mil e três.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente

Juiz SILENO KLEBER – Relator

Procurador Regional Eleitoral

PROCESSO N.º 122 – CLASSE XII

ASSUNTO: PEDIDO DE REQUISIÇÃO DO SERVIDOR OBERDAN SANTANA DE MELO, PARA O CARTÓRIO DA 1ª ZONA ELEITORAL DE RORAIMA.

INTERESSADO: MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI, MM. JUIZ DA 1ª ZONA ELEITORAL DE RORAIMA.

RELATOR: JUIZ ILLO AUGUSTO.

EMENTA: PEDIDO DE REQUISIÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARTÓRIO DA 1ª ZONA ELEITORAL – PLEITO QUE SE AJUSTA ÀS EXIGÊNCIAS DA LEI N.º 6.999/82 E DA RESOLUÇÃO TSE 20.753/2000 - DEFERIMENTO.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, à unanimidade de votos e em sintonia com o parecer ministerial, em autorizar o Exmo. Sr. Presidente desta Corte Eleitoral a renovar a requisição do servidor OBERDAN SANTANA DE MELO para o Cartório da 1ª Zona Eleitoral, pelo prazo de 01 (hum) ano, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar este julgado.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e três.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente

Juiz ILLO AUGUSTO DOS SANTOS – Relator

Procurador Regional Eleitoral

PUBLICAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB), REFERENTE AO ANO DE 2002

O Secretário Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima torna público o presente Balanço Financeiro, nos termos do disposto no § 2º do art. 32 da Lei n.º 9.096/95. Os Partidos Políticos, na forma do parágrafo único do art. 35 da Lei suso mencionada, poderão examinar, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, o referido balanço e, transcorrido esse prazo, poderão nos 05 (cinco) dias seguintes oferecer impugnação.

RECEITAS	DESPESAS
- Receitas do Fundo Partidário	- Administrativas
- Receitas de Contribuições Estatutárias	- Outras Despesas Operacionais R\$ 54,65
- Doações	- Não Operacionais
De pessoas físicas R\$ 9,53	- Capital
De pessoas jurídicas	- Saldo para o Exercício Seguinte: R\$ 7.265,15
- Receitas destinadas por Lei R\$ 7.308,65	- Caixa

- Outras Receitas		- Banco Conta nº 104-0653-003.1098-2
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 1,62	
- Caixa		
- Banco R\$ 7.265,15		
Boa Vista/RR Presidente	Boa Vista/RR Tesoureiro	Boa Vista/RR Contador/CRC/RR 000689/0
CARLOS FERNANDES LIBÓRIO GOMES	ERISMILTA SUCUPIRA FERRO CARNEIRO	VANUSA RAMOS PEREIRA

PUBLICAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), REFERENTE AO ANO DE 2002

O Secretário Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima torna público o presente Balanço Financeiro, nos termos do disposto no § 2º do art. 32 da Lei n.º 9.096/95. Os Partidos Políticos, na forma do parágrafo único do art. 35 da Lei suso mencionada, poderão examinar, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, o referido balanço e, transcorrido esse prazo, poderão nos 05 (cinco) dias seguintes oferecer impugnação.

MODELO 02			
BALANÇO FINANCEIRO			
PARTIDO DOS TRABALHADORES		Ano: 2002	
Órgão do Partido: DIRETÓRIO ESTADUAL RORAIMA		UF/Município: BOA VISTA – RR	
Título da Conta	R\$	Título da Conta	R\$
4.0.0.0.00.00.00 Receitas	86.006,41	3.0.0.0.00.00.00 Despesas	92.015,16
4.1.0.0.00.00.00 Receitas Operacionais	86.006,41	3.1.0.0.00.00.00 Despesas Operacionais	83.379,65
4.1.1.0.00.00.00 Receitas de Doações e Contribuições	-	3.1.X.1.00.00.00 Despesas Administrativas*	25.483,64
4.1.1.1.00.00.00 Doações	-	3.1.X.2.00.00.00 Despesas com Fins Eleitorais, Doutrinários e/ou Políticos	57.385,40
4.1.1.1.01.00.00 Doação Pessoa Física	-	3.1.X.3.00.00.00 Encargos Financeiros*	510,61
4.1.1.1.02.00.00 Doações Pessoa Jurídica	50.000,00	3.2.0.0.00.00.00 Despesas Não Operacionais	
4.1.1.2.00.00.00 Contribuições	-	3.2.1.0.00.00.00 Perda na Alienação de Bens de Uso	
4.1.1.2.01.00.00 Contribuições de Parlamentares	-	3.2.2.0.00.00.00 Outras Despesas Não Operacionais (especificar)	
4.1.1.2.02.00.00 Contribuições de Filiados	-	2.1.0.0.00.00.00 Obrigações a Pagar e/ou	
		2.2.0.0.00.00.00	9.000,00
4.1.2.0.00.00.00 Receitas do Fundo Partidário	27.006,41	x.x.x.x.xx.xx.xx Aquisição de Bens e Direitos	
4.1.2.1.00.00.00 Cotas do Fundo Partidário	27.006,41	(-) Despesas de Depreciação	(364,49)
4.1.3.0.00.00.00 Receitas Destinadas por Lei	-		
4.1.4.0.00.00.00 Transferências Recebidas	-		
4.1.5.0.00.00.00 Receitas Financeiras	-		
4.1.6.0.00.00.00 Sobras de Campanhas			
4.1.7.0.00.00.00 Outras Receitas	-		
4.2.0.0.00.00.00 Receitas Não Operacionais	-		
4.2.1.0.00.00.00 Lucro na Alienação de Bens de Uso	-		
4.2.2.0.00.00.00 Outras Receitas Não Operacionais	-		
2.1.0.0.00.00.00 Obrigações a Pagar e/ou			
2.2.0.0.00.00.00 (inscrição)	9.000,00		
x.x.x.x.xx.xx.xx Recebimento de Direitos	-		
Saldo do exercício Anterior		Saldo do Exercício Seguinte	
- Caixa	150,04	Caixa	920,23
Banco do Brasil S/A Conta Nº 49.396-1	4.088,91	Banco Brasil conta Nº 49.396-1	79,81
Banco da Amazônia Conta Nº 072.143-8	2.755,27	Banco da Amazônia conta Nº 072143-8	3,43
Total	6.994,22	Total	985,47

LOCAL BOA VISTA – RR

DATA: 30 DE ABRIL 2003.

ANTÔNIO FRANCISCO BEZERRA MARQUES – Presidente

RUI ANTONIO DO CARMO BARAUNA – Tesoureiro

RUI ANTONIO DO CARMO BARAUNA – Contador (CRC/RR nº 000209/7-0)

PUBLICAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO DO PARTIDO DA FRENTE LIBERAL (PFL), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002

O Secretário Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima torna público o presente Balanço Financeiro, nos termos do disposto no § 2º do art. 32 da Lei n.º 9.096/95. Os Partidos Políticos, na forma do parágrafo único do art. 35 da Lei suso mencionada, poderão examinar, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, o referido balanço e, transcorrido esse prazo, poderão nos 05 (cinco) dias seguintes oferecer impugnação.

BALANÇO FINANCEIRO – 2002	Modelo: 2
PARTIDO: PARTIDO DA FRENTE LIBERAL – DIRETÓRIO REGIONAL DE RORAIMA	

ÓRGÃO DO PARTIDO: DIRETÓRIO REGIONAL (Recursos Próprios)		UF/MUNICÍPIO: BOA VISTA – RR	
Título da Conta	R\$	Título da Conta	R\$
4.0.0.0.00.00.00 – RECEITAS		3.0.0.0.00.00.00 – DESPESAS	
4.1.0.0.00.00.00 – RECEITAS OPERACIONAIS		3.1.0.0.00.00.00 – DESPESAS OPERACIONAIS	
4.1.1.0.00.00.00 - RECEITAS DE DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		3.1.1.0.00.00.00 – DESPESAS EFETUADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS	
4.1.1.2.00.00.00 – CONTRIBUIÇÕES		3.1.1.1.00.00.00 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS....	-0-
4.1.1.2.01.00.00 - Contribuições de Parlamentares.....	-0-	3.1.1.2.00.00.00 - DESPESAS COM FINS ELEITORAIS, DOUTRINÁRIOS E/OU POLÍTICOS....	-0-
4.1.1.2.02.00.00 - Contribuições de Filiados.....	-0-	3.1.1.3.00.00.00 – ENCARGOS FINANCEIROS	
		3.1.1.3.01.00.00 – DESPESAS FINANCEIRAS.....	-0-
<u>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</u>		<u>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</u>	
Fundo de Caixa.....	-0-	Fundo de Caixa.....	-0-
Banco.....	-0-	Banco.....	-0-
.		.	
TOTAL.....	-0-	TOTAL.....	-0-
..		..	

Boa Vista – RR, 31 de dezembro de 2002.

NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Presidente

LUÍZ BARBOSA ALVES– Tesoureiro

OZANO VICENTE DE PAULA – Contador (CRC nº 7452-DF)

PUBLICAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC DO B), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002

O Secretário Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima torna público o presente Balanço Financeiro, nos termos do disposto no § 2º do art. 32 da Lei nº 9.096/95. Os Partidos Políticos, na forma do parágrafo único do art. 35 da Lei suso mencionada, poderão examinar, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, o referido balanço e, transcorrido esse prazo, poderão nos 05 (cinco) dias seguintes oferecer impugnação.

MODELO 02			
BALANÇO FINANCEIRO			
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL		Ano: 2002	
Órgão do Partido: DIRETÓRIO ESTADUAL RORAIMA		UF/Município: BOA VISTA – RR	
Título da Conta	R\$	Título da Conta	R\$
4.0.0.0.00.00.00 Receitas	925,00	3.0.0.0.00.00.00 Despesas	773,77
4.1.0.0.00.00.00 Receitas Operacionais	925,00	3.1.0.0.00.00.00 Despesas Operacionais	773,77
4.1.1.0.00.00.00 Receitas de Doações e Contribuições	925,00	3.1.X.1.00.00.00 Despesas Administrativas*	773,77
4.1.1.1.00.00.00 Doações	-	3.1.X.2.00.00.00 Despesas com Fins Eleitorais, Doutrinários e/ou Políticos	-
4.1.1.1.01.00.00 Doação Pessoa Física	-	3.1.X.3.00.00.00 Encargos Financeiros*	-
4.1.1.1.02.00.00 Doações Pessoa Jurídica	-	3.2.0.0.00.00.00 Despesas Não Operacionais	-
4.1.1.2.00.00.00 Contribuições	925,00	3.2.1.0.00.00.00 Perda na Alienação de Bens de Uso	-
4.1.1.2.01.00.00 Contribuições de Parlamentares	-	3.2.2.0.00.00.00 Outras Despesas Não Operacionais (especificar)	-
4.1.1.2.02.00.00 Contribuições de Filiados	925,00	2.1.0.0.00.00.00 Obrigações a Pagar e/ou	-
4.1.2.0.00.00.00 Receitas do Fundo Partidário	-	2.2.0.0.00.00.00	-
4.1.2.1.00.00.00 Cotas do Fundo Partidário	-	x.x.x.x.xx.xx.xx Aquisição de Bens e Direitos	-
4.1.3.0.00.00.00 Receitas Destinadas por Lei	-		
4.1.4.0.00.00.00 Transferências Recebidas	-		
4.1.5.0.00.00.00 Receitas Financeiras			
4.1.6.0.00.00.00 Sobras de Campanhas			
4.1.7.0.00.00.00 Outras Receitas	-		
4.2.0.0.00.00.00 Receitas Não Operacionais	-		
4.2.1.0.00.00.00 Lucro na Alienação de Bens de Uso	-		
4.2.2.0.00.00.00 Outras Receitas Não Operacionais	-		
2.1.0.0.00.00.00 Obrigações a Pagar e/ou			
2.2.0.0.00.00.00 (inscrição)	-		
x.x.x.x.xx.xx.xx Recebimento de Direitos	-		
Saldo do exercício Anterior		Saldo do Exercício Seguinte	
- Caixa	10,75	Caixa	161,98

Banco do Brasil S/A Conta	-	Banco Brasil conta	-
Banco da Amazônia Conta	-	Banco da Amazônia	-
Total	-	Total	161,98

LOCAL: BOA VISTA – RR

DATA: 30 DE ABRIL 2003.

FÁBIO GONÇALVES DE ALMEIDA – Presidente

JESIEL ALVES DE FRANÇA – Tesoureiro

RUI ANTONIO DO CARMO BARAUNA – Contador (CRC/RR nº 000209/7-0)

PUBLICAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO DO PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL (PRONA), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002

O Secretário Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima torna público o presente Balanço Financeiro, nos termos do disposto no § 2º do art. 32 da Lei nº 9.096/95. Os Partidos Políticos, na forma do parágrafo único do art. 35 da Lei suso mencionada, poderão examinar, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, o referido balanço e, transcorrido esse prazo, poderão nos 05 (cinco) dias seguintes oferecer impugnação.

RECEITAS: Sem Movimentação		DESPESAS: Sem Movimentação	
Receitas do Fundo Partidário		Administrativas	
Receitas de Contribuições Estatutárias		Outras Despesas Operacionais	
Doações		Não Operacionais	
De pessoas físicas		Capital	
De pessoas jurídicas		Saldo para o Exercício Seguinte	
Receitas destinadas por Lei		Caixa	
Outras Receitas		Banco Conta n.º	
Saldo do Exercício Anterior			
Caixa			
Banco			
Local e data: 10/04/2003 BOA VISTA-RR	Local e data: 10/04/2003 BOA VISTA-RR	Local e data: 10/04/2003 BOA VISTA-RR	
Presidente	Tesoureiro	Contador/CRC-AM 8030/T-1	
JOSÉ MARIA QUEIROZ	MARIA EUNICE CUNHA QUEIROZ	ANTONIO DA SILVA MAGALHÃES	

PUBLICAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO DO PARTIDO DOS APOSENTADOS DA NAÇÃO (PAN), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002

O Secretário Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima torna público o presente Balanço Financeiro, nos termos do disposto no § 2º do art. 32 da Lei nº 9.096/95. Os Partidos Políticos, na forma do parágrafo único do art. 35 da Lei suso mencionada, poderão examinar, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, o referido balanço e, transcorrido esse prazo, poderão nos 05 (cinco) dias seguintes oferecer impugnação.

Modelo 02			
Balanço Financeiro			
Partido dos Aposentados da Nação – PAN			
Órgão Partido: Diretório Definitivo Regional		UR/Município: RR/ Boa Vista	
Título das contas	R\$	Título das contas	R\$
4.0.0.0.00.00.00 Receitas	0,00	3.0.0.0.00.00.00 Despesas	0,00
4.1.0.0.00.00.00 Receitas Operacionais	0,00	3.1.0.0.00.00.00 Despesas Operacionais	0,00
4.1.1.0.00.00.00 Receitas de Doações e Contrib.	0,00	3.1.x.1.00.00.00 Despesas Administrativas	0,00
4.1.1.1.00.00.00 Doações	0,00	3.1.x.2.00.00.00 Despesas com Fins Eleitorais	0,00
4.1.1.1.01.00.00 Doações de Pessoa Física	0,00	3.1.x.3.00.00.00 Encargos Financeiros	0,00
4.1.1.1.02.00.00 Doações de Pessoa Jurídica	0,00	3.2.0.0.00.00.00 Despesas não Operacionais	0,00
4.1.1.2.00.00.00 Contribuições	0,00	3.2.1.0.00.00.00 Perda na Alienação de Bens de Uso	0,00
4.1.1.2.01.00.00 Contribuições de Parlamentares	0,00	3.2.2.0.00.00.00 Outras Despesas n/operacionais	0,00
4.1.1.2.02.00.00 Contribuições de filiados	0,00	2.1.0.0.00.00.00 Obrigações a Pagar (pagamento) e/ou	0,00
4.1.1.2.03.00.00 Contribuições de Simpatizantes	0,00	x.x.x.x.xx.xx.xx Aquisição de Bens e Direitos	0,00
4.1.2.0.00.00.00 Receitas do fundo Partidário	0,00		0,00
4.1.2.1.00.00.00 Cotas Recebidas	0,00		0,00
4.1.3.0.00.00.00 Receitas Destinadas por Lei	0,00		0,00
4.1.4.0.00.00.00 Transferências Recebidas	0,00		0,00
4.1.5.0.00.00.00 Receitas Financeiras	0,00		0,00
4.1.6.0.00.00.00 Sobras de Campanha	0,00		0,00
4.1.7.0.00.00.00 Outras Receitas	0,00		0,00
4.2.0.0.00.00.00 Receitas Não Operacionais	0,00		0,00

4.2.1.0.00.00.00 Lucro na Alienação de Bens de Uso	0,00		0,00
4.2.2.0.00.00.00 Outras Receitas n/operacionais	0,00		0,00
2.1.0.0.00.00.00 Outras contas a Pagar (inscrição) e/ou	0,00		0,00
Saldo Exercício Anterior	0,00	Saldo Para Exercício Seqüente	3,43
- Caixa	0,00	Caixa	0,00
- Banco	0,00	Banco	3,43
Total	0,00	Total	3,43
Boa Vista – RR, 28 de Abril de 2003		Boa Vista – RR, 28 de Abril de 2003	
PRESIDENTE		TESOUREIRO	
MARIA LUIZA VIEIRA CAMPOS		SERGIO HENRIQUE ZIMMERMANN	

PUBLICAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002

O Secretário Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima torna público o presente Balanço Financeiro, nos termos do disposto no § 2º do art. 32 da Lei n.º 9.096/95. Os Partidos Políticos, na forma do parágrafo único do art. 35 da Lei suso mencionada, poderão examinar, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, o referido balanço e, transcorrido esse prazo, poderão nos 05 (cinco) dias seguintes oferecer impugnação.

Balanço Financeiro – Ano 2002			
Partido: PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB			
Órgão do Partido: DIRETÓRIO REGIONAL		UF/Município: BOA VISTA – RR	
<i>Título da Conta</i>	<i>R\$</i>	<i>Título da Conta</i>	<i>R\$</i>
4.0.0.0.00.00.00 Receitas	187.333,75	3.0.0.0.00.00.00 Despesas	169.343,64
4.1.0.0.00.00.00 Receitas Operacionais	187.333,75	3.1.0.0.00.00.00 Despesas Operacionais	169.343,64
4.1.1.0.00.00.00 Receitas de Doações Contrib.		3.1.X.1.00.00.00 Despesas Administrativas	168.234,75
4.1.1.1.00.00.00 Doações		3.1.X.2.00.00.00 Despesas com Fins Eleitorais, Doutrinários e/ou Políticos	
4.1.1.1.01.00.00 Doações - Pessoas Físicas		3.1.X.3.00.00.00 Encargos Financeiros	1.108,89
4.1.1.1.02.00.00 Doações - Pessoas Jurídicas		3.2.0.0.00.00.00 Despesas Não-Operacionais	
4.1.1.2.00.00.00 Contribuições		3.2.1.0.00.00.00 Perda na Alienação de Bens de Uso	
4.1.1.2.01.00.00 Contribuições de Parlamentares		3.2.2.0.00.00.00 Outras Despesas Não Operacionais	
4.1.1.2.02.00.00 Contribuições de Filiados		2.1.0.0.00.00.00 Obrigações a Pagar (pagamento) e/ou	9.396,50
		2.2.0.0.00.00.00	
4.1.1.2.03.00.00 Contribuições de Simpatizantes		X.X.X.X.XX.XX.XX Aquisição de Bens e Direitos***	8.350,00
4.1.2.0.00.00.00 Receitas do Fundo Partidário	187.308,44		
4.1.2.1.00.00.00 Cotas Recebidas	187.308,44		
4.1.3.0.00.00.00 Receitas Destinadas por Lei			
4.1.4.0.00.00.00 Transferências Recebidas			
4.1.5.0.00.00.00 Receitas Financeiras			
4.1.6.0.00.00.00 Sobras de Campanhas	25,31		
4.1.7.0.00.00.00 Outras Receitas			
4.2.0.0.00.00.00 Receitas Não-Operacionais			
4.2.1.0.00.00.00 Lucro na Alienação de Bens de Uso			
4.2.2.0.00.00.00 Outras Receitas Não Operacionais			
2.1.0.0.00.00.00 Obrigações a Pagar (inscrição)* e/ou	8.250,30		
2.2.0.0.00.00.00			
X.X.X.X.XX.XX.XX Recebimento de Direitos			
Saldo do Exercício Anterior	21.541,70	Saldo para o Período Seguinte	30.035,61
- Caixa	0,00	- Caixa	0,00
- Banco Conta nº 034.530-X	21.541,70	- Banco Conta nº 034.530-X	30.035,61
- Banco Conta nº	0,00	- Banco Conta nº	0,00
Total	217.125,75	Total	217.125,75

* tendo como contrapartida conta de despesa

** o terceiro dígito (X) pode se referir ao código 1 (despesas efetuadas com recursos próprios) e/ou ao código 2 (despesas efetuadas com recursos do Fundo Partidário)

*** tendo como contrapartida a conta Caixa ou Bancos

Boa Vista (RR), 31/12/2002

IRADILSON SAMPAIO DE SOUZA – Presidente

GEORGE DA SILVA DE MELO – Tesoureiro

LEONÍSIO DA SILVA ARAÚJO – Contador CRC/RR 0054

PUBLICAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO DO PARTIDO LIBERAL (PL), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002

O Secretário Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima torna público o presente Balanço Financeiro, nos termos do disposto no § 2º do art. 32 da Lei n.º 9.096/95. Os Partidos Políticos, na forma do parágrafo único do art. 35 da Lei suso mencionada, poderão examinar, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, o referido balanço e, transcorrido esse prazo, poderão nos 05 (cinco) dias seguintes oferecer impugnação.

Balanço Financeiro			
Partido: PARTIDO LIBERAL – PL			
Órgão Do Partido: Diretório Regional		UF/Município: Boa Vista – RR.	
Título da Conta	R\$	Título da Conta	R\$
4.0.0.0.00.00.00 Receitas	-0-	3.0.0.0.00.00.00 Despesas	
4.1.0.0.00.00.00 Receitas Operacionais		3.1.0.0.00.00.00 Despesas Operacionais	
4.1.1.0.00.00.00 Receitas de Doações Contrib.		3.1.X.1.00.00.00 Despesas Administrativas	
4.1.1.1.00.00.00 Doações		3.1.X.2.00.00.00 Despesas com Fins Eleitorais, Doutrinários e/ou Políticos	
4.1.1.1.01.00.00 Doações - Pessoas Físicas		3.1.X.3.00.00.00 Encargos Financeiros	
4.1.1.1.02.00.00 Doações - Pessoas Jurídicas		3.2.0.0.00.00.00 Despesas Não-Operacionais	
4.1.1.2.00.00.00 Contribuições		3.2.1.0.00.00.00 Perda na Alienação de Bens de Uso	
4.1.1.2.01.00.00 Contribuições de Parlamentares		3.2.2.0.00.00.00 Outras Despesas Não Operacionais	
4.1.1.2.02.00.00 Contribuições de Filiados		2.1.0.0.00.00.00 Obrigações a Pagar (pagamento) e/ou	
		2.2.0.0.00.00.00	
4.1.1.2.03.00.00 Contribuições de Simpatizantes		XX.XX.XX.XX.XX Aquisição de Bens e Direitos***	
4.1.2.0.00.00.00 Receitas do Fundo Partidário			
4.1.2.1.00.00.00 Cotas Recebidas			
4.1.3.0.00.00.00 Receitas Destinadas por Lei			
4.1.4.0.00.00.00 Transferências Recebidas			
4.1.5.0.00.00.00 Receitas Financeiras			
4.1.6.0.00.00.00 Sobras de Campanhas			
4.1.7.0.00.00.00 Outras Receitas			
4.2.0.0.00.00.00 Receitas Não-Operacionais			
4.2.1.0.00.00.00 Lucro na Alienação de Bens de Uso			
4.2.2.0.00.00.00 Outras Receitas Não Operacionais			
2.1.0.0.00.00.00 Obrigações a Pagar (inscrição)* e/ou			
2.2.0.0.00.00.00			
XX.XX.XX.XX.XX Recebimento de Direitos			
Saldo do Exercício Anterior	- 0 -	Saldo para o Período Seguinte	- 0 -
- Caixa	- 0 -	- Caixa	- 0 -
- Banco Conta nº	- 0 -	- Banco Conta nº	
- Banco Conta nº	- 0 -	- Banco Conta nº	
Total	- 0 -	Total	- 0 -

* tendo como contrapartida conta de despesa

** o terceiro dígito (X) pode se referir ao código 1 (despesas efetuadas com recursos próprios) e/ou ao código 2 (despesas efetuadas com recursos do Fundo Partidário)

*** tendo como contrapartida a conta Caixa ou Bancos

Boa Vista (RR), 31/12/2002

ROBÉRIO BEZERRA DE ARAUJO – Presidente

SULAMIRES FERREIRA DE ARAUJO – Tesoureiro

GETÚLIO DE SOUZA OLIVEIRA – Contador CRC/RR 0078

PUBLICAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO DO PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL (PMN), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002

O Secretário Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima torna público o presente Balanço Financeiro, nos termos do disposto no § 2º do art. 32 da Lei n.º 9.096/95. Os Partidos Políticos, na forma do parágrafo único do art. 35 da Lei suso mencionada, poderão examinar, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, o referido balanço e, transcorrido esse prazo, poderão nos 05 (cinco) dias seguintes oferecer impugnação.

BALANÇO FINANCEIRO			
PARTIDO: PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL			
Órgão do Partido: Direção Estadual		UF/Estado: 2002 RR/RORAIMA	
Título da Conta	R\$	Título da Conta	R\$
4.0.0.0.00.00.00 RECEITAS	9.866,05	3.0.0.0.00.00.00 DESPESAS	6.158,20
4.1.0.0.00.00.00 RECEITAS OPERACIONAIS	9.866,05	3.1.0.0.00.00.00 DESPESAS OPERACIONAIS	6.158,20
4.1.1.0.00.00.00 Recs. Doações Contribuições	9.717,05	3.1.X.1.00.00.00 Despesas Administrativas	6.158,20
4.1.1.1.00.00.00 Doações	9.717,05	3.1.X.2.00.00.00 Despesas c/Fins Eleitorais	0,00
4.1.1.1.01.00.00 Doações - Pessoas Físicas	9.717,05	3.1.X.3.00.00.00 Encargos Financeiros	0,00
4.1.1.1.02.00.00 Doações - Pessoas Jurídicas	9.717,05	3.2.0.0.00.00.00 DESPESAS NÃO-OPERACIONAIS	0,00
4.1.1.2.00.00.00 Contribuições	0,00	3.2.1.0.00.00.00 Perda na Alien. do At. Permanente	0,00
4.1.1.2.01.00.00 Contribuições de Parlamentares	0,00	3.2.2.0.00.00.00 Outras Despesas não Operacionais	0,00
4.1.1.2.02.00.00 Contribuições de Filiados	0,00	2.1.0.0.00.00.00 OBRIGAÇÕES A PAGAR	10.317,05

4.1.1.2.03.00.00 Contribuições de Simpatizantes	0,00	2.2.0.0.00.00.00 OBRIGAÇÕES A PAGAR-LP	0,00
4.1.2.0.00.00.00 Receitas do Fundo Partidário	0,00	X.X.X.X.XX.XX.XX AQUISIÇÃO DE BENS E DIREITOS	149,00
4.1.2.1.00.00.00 Cotas Recebidas	0,00		
4.1.3.0.00.00.00 Receitas Destinadas por Lei	0,00		
4.1.4.0.00.00.00 Transferências Recebidas	0,00		
4.1.5.0.00.00.00 Receitas Financeiras	0,00		
4.1.6.0.00.00.00 Sobras de Campanhas	0,00		
4.1.7.0.00.00.00 Outras Receitas	149,00		
4.2.0.0.00.00.00 RECEITAS NÃO-OPERACIONAIS	0,00		
4.2.1.0.00.00.00 Lucro na Alien. do At. Permanente	0,00		
4.2.2.0.00.00.00 Outras Receitas não Operacionais	0,00		
2.1.0.0.00.00.00 OBRIGAÇÕES A PAGAR	5.112,05		
2.2.0.0.00.00.00 OBRIGAÇÕES A PAGAR-LP	0,00		
X.X.X.X.XX.XX.XX RECEBIMENTO DE DIREITOS	1.646,15		
Saldo do Exercício Anterior	330,00	Saldo para o Exercício Seguinte	330,00
Caixa		Caixa	300,00
Banco cta. nº.	330,00	Banco cta. nº.	0,00
Total	16.954,25	Total	16.954,25

Boa Vista, 22.04.2003

JOSÉ JOÃO ABDALLA FILHO – Presidente

DEBORAH DADIA SAMPAIO – Tesoureiro

ALFREDO KYOSHI ITO – Contador CRC/SP 138.878-0

PUBLICAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO DO PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002

O Secretário Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima torna público o presente Balanço Financeiro, nos termos do disposto no § 2º do art. 32 da Lei n.º 9.096/95. Os Partidos Políticos, na forma do parágrafo único do art. 35 da Lei suso mencionada, poderão examinar, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, o referido balanço e, transcorrido esse prazo, poderão nos 05 (cinco) dias seguintes oferecer impugnação.

MODELO 02			
BALANÇO FINANCEIRO			
Partido: PARTIDO POPULAR SOCIALISTA		Ano: 2002	
Órgão do Partido: DIR. ESTADUAL DE RORAIMA		UF/Município: BOA VISTA – RR	
TÍTULO DA CONTA	R\$	TÍTULO DA CONTA	R\$
4.0.0.0.00.00.00 Receitas	19.244,08	3.0.0.0.00.00.00 – Despesas	19.213,04
4.1.0.0.00.00.00 Receitas Operacionais	19.244,08	3.1.0.0.00.00.00 – Despesas Operacionais	19.213,04
4.1.1.0.00.00.00 Receitas de Doações e Contribuições	19.244,08	3.1.X.1.00.00.00 – Despesas Administrativas*	19.157,04
4.1.1.1.00.00.00 Doações	-	3.1.X.2.00.00.00 - Despesas com Fins Eleitorais, Doutrinários e/ou Políticos	56,00
4.1.1.1.01.00.00 Doação Pessoa Física	-	3.1.X.3.00.00.00 – Encargos Financeiros*	-
4.1.1.1.02.00.00 Doações Pessoa Jurídica	-	3.2.0.0.00.00.00 – Despesas não Operacionais	-
4.1.1.2.00.00.00 Contribuições	-	3.2.1.0.00.00.00 – Perda na Alienação de Bens de Uso	-
4.1.1.2.01.00.00 Contribuições de Parlamentares	19.244,08	3.2.2.0.00.00.00 – Outras Despesas Não Operacionais (especificar)	-
4.1.1.2.02.00.00 Contribuições de Filiados	-	2.1.0.0.00.00.00 - Obrigações a Pagar e/ou	-
4.1.2.0.00.00.00 Receitas do Fundo Partidário	-	2.2.0.0.00.00.00	-
4.1.2.1.00.00.00 Cotas do Fundo Partidário	-	x.x.x.x.xx.xx.xx – Aquisição de Bens e Direitos	-
4.1.3.0.00.00.00 Receitas Destinadas por Lei	-		-
4.1.4.0.00.00.00 Transferências Recebidas	-		-
4.1.5.0.00.00.00 Receitas Financeiras	-		-
4.1.6.0.00.00.00 Sobras de Campanhas	-		-
4.1.7.0.00.00.00 Outras Receitas	-		-
4.2.0.0.00.00.00 Receitas Não Operacionais	-		-
4.2.1.0.00.00.00 Lucro na Alienação de Bens de Uso	-		-
4.2.2.0.00.00.00 Outras receitas não operacionais	-		-
2.1.0.0.00.00.00 Obrigações a Pagar e/ou	-		-
2.2.0.0.00.00.00 (inscrição)	-		-
X.x.x.x.xx.xx.xx Recebimento de Direitos	-		-
Saldo do exercício Anterior		Saldo do Exercício Seguinte	
- Caixa	110,02	Caixa	141,06
Banco do Brasil S/A Conta Nº 49.396-1	-	Banco do Brasil S/A Conta Nº 49.396-1	-
Banco da Amazônia Conta Nº 072.143-8	-	Banco da Amazônia Conta Nº 072.143-8	-
Total	110,02	Total	141,06

AIRTON ANTÔNIO SOLIGO – Presidente
CLÁUDIA APARECIDA DE O. PINHEIRO – Tesoureiro
RUI ANTONIO DO CARMO BARAUNA – Contador (CRC/RR nº 000209/7-0)

JUIZO DA 3ª ZONA ELEITORAL

Juiz Eleitoral: Luiz Fernando C. Mallet
Escrivã: Liduina Ricarte Bezerra Amâncio
Expediente do dia 02.05.2003 para
ciência e intimação às partes.

Proc. n.º **020/01**

Ação: **DENUNCIA**

Autor: Ministério Público Eleitoral

Denunciado: Edinavam Eneas de Almeida

Adv: Vilmar Maciel

Despacho: **Designo o dia 24/06/03, às 10:00h, na sala de audiência da 1ª Vara Cível no Forum Sobral Pinto, para oitiva das testemunhas de defesa. Boa Vista, 03 de abril de 2003. MM. Juiz Dr. Luiz Fernando C. Mallet.**

Proc. n.º **023/01**

Ação: **DENUNCIA**

Autor: Ministério Público Eleitoral

Denunciado: Salomão Rocha Bringel

Adv: Joaquim Pinto Souto Maior Neto

Despacho: **Designo o dia 04/07/03, às 10:00h, na sala de audiência da 1ª Vara Cível no Forum Sobral Pinto, para audiência de suspensão do processo, nos termos do art. 89 da Lei 9.099/95. Boa Vista, 11 de abril de 2003. MM. Juiz Dr. Luiz Fernando C. Mallet.**

Proc. n.º **593/01**

Ação: **Representação**

Representante: Diretório Municipal do PSDB do Amajari e Raul Lima

Adv: Hindemburgo Alves de Oliveira Filho

Representados: Francisco Alberto Santiago, Paulo Matos, Cesar Augusto Salustiano

Adv: Maria Eliane Marques de Oliveira

Despacho: **Designo o dia 25/06/03, às 10:00h, na sala de audiência da 1ª Vara Cível no Forum Sobral Pinto, para audiência das testemunhas arroladas. Boa Vista, 11 de abril de 2003. MM. Juiz Dr. Luiz Fernando C. Mallet.**

MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO DA ELEIÇÃO PARA O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

Aos trinta dias do mês de abril de ano de dois mil e três, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, prédio “Promotor de Justiça, Dr. Daiei de Lima Júnior”, nesta cidade de Boa Vista, sob a presidência do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Edson Damas da Silveira, tendo como componentes da mesa receptora e apuradora Dra. Elba Christine Amarante de Moraes e Dr. Ademar Loiola Mota, procedeu-se à eleição para provimento de três vagas do Conselho Superior do Ministério Público, convocada pela Resolução número dois, de vinte e dois de abril de dois mil e três, publicada no DPJ número dois mil, seiscentos e vinte e seis, de vinte e três de abril de dois mil e três. Os trabalhos da mesa receptora iniciaram-se às nove horas, com a vistoria da urna e das cédulas de votação, contendo elas os nomes dos seguintes Procuradores de Justiça, elegíveis pela ordem de antiguidade: Dra. Cleonice Andriago Vieira, Dr. Fábio Bastos Stica, Dr. Sales Eurico Melgarejo Freitas, Dra. Roselis de Sousa e Dra. Rejane Gomes de Azevedo. A votação transcorreu dentro da normalidade, tendo comparecido e votado vinte e quatro eleitores e dois votos via correios, relacionados na lista de presença em anexo. Não votaram apenas dois eleitores, justificadamente, conforme lista em anexo, Dr. Fábio Bastos Stica e Dra. Ilaine Aparecida Pagliarini. Encerrada a votação às doze horas, procedeu-se a apuração pública dos votos, na presença da Procuradora de Justiça, Dra. Cleonice Andriago Vieira, dos Promotores de Justiça, Dra. Stella Maris Kawano D’Avila, Dra. Cláudia Parente Cavalcanti, bem como do convidado, Dr. Carlos Eurico Fiss, Procurador-Geral do Estado, além dos membros da mesa apuradora. Dessa apuração, computaram-se os seguintes votos válidos: Dr. Fábio Bastos Stica, 22 (vinte e dois) votos; Dra. Cleonice Andriago Vieira, 19 (dezenove) votos; Dra. Roselis de Sousa, 17 (dezessete) votos; Dra. Rejane Gomes de Azevedo, 11 (onze) votos; Dr. Sales Eurico Melgarejo Freitas, 06 (seis) votos. Após a apuração, o Dr. Edson Damas da Silveira, Presidente do pleito, proclamou como eleitos para compor o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público de Roraima, para mandato de 02 (dois) anos – no período de 2003/2005, os Srs. Procuradores de Justiça, **Dr. Fábio Bastos Stica, Dra. Cleonice Andriago Vieira e Dra. Roselis de Sousa**, ficando a primeira suplente a **Dra. Rejane Gomes de Azevedo** e o segundo suplente **Dr. Sales Eurico Melgarejo Freitas**. Com a proclamação dos eleitos e do suplente, encerraram-se os trabalhos da mesa. Nada mais havendo, o Sr. Presidente declarou encerrada a apuração e, para constar, euElba Christine Amarante de Moraes, lavrei e subscrevi a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da mesa.//.....

EDSON DAMAS DA SILVEIRA – Presidente

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES – Secretária

ADEMAR LOIOLA MOTA - Mesário

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o Promotor de Justiça de Segunda Entrância, Titular da 3ª Promotoria Cível da Comarca de Boa Vista, Dr. **ZEDEQUIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR**, para participar como membro do Grupo de Trabalho, do Programa de Gestão Ambiental Integrada no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – **GT/RR/PGAI/PPG-7**, com efeitos a partir de 30ABR03.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

EDSON DAMAS DA SILVEIRA
Procurador-Geral de Justiça

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1.ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS
EXPEDIENTE DO DIA 30 DE ABRIL DE 2003.
JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE RORAIMA
MM Juiz Federal Substituto

GIOVANNY MORGAN
Diretor de Secretaria
ALANO PEREIRA NEVES
PROCESSOS CRIMINAIS

AUTOS COM ATO ORDINATORIO

PROCESSO Nº : 2001.42.00.001459-2
Classe 13107 : Processo Comum – Juiz Singular
Autor : Ministério Público Federal
Réu : Bernard Reeder Humphrey
Adv : José Aparecido Correia – OAB/RR - 169

Intimando a defesa da expedição de Cartas Precatórias para a intimação das testemunhas **Wagner Jin e Gilmar Silva de Cerqueira**, a apresenta defesa previa, no prazo legal.

PROCESSO Nº : 2001.42.00.001375-4
Classe 13101 : Processo Comum – Juiz Singular
Autor : Ministério Público Federal
Réu : Francisco Chagas de Lima
Adv : Rodolpho Moraes- OAB/RR nº 269

Orpotonizando vista à defesa sobre o Ofício de folha 2003.
Notificando a defesa do retorno da Carta Precatória de folha 206.

AUTOS COM DESPACHO

PROCESSO Nº : 2001.42.00.000927-6
Classe 13101 : Processo Comum – Juiz Singular
Autor : Ministério Público Federal
Réu : Francisco Assunção Mesquita
Adv : José Aparecido Correia – OAB/RR nº 169

Intimando a defesa para apresentar as Alegações Finais no prazo do Art. 500 do Código do Processo Penal.

PROCESSO Nº : 2002.42.00.001770-1 Classe 13101 : Processo Comum – Juiz Singular
Autor : Ministério Público Federal
Réu : Éderson Marcelo Lemes de Camargo e outros
Adv : José Aparecido Correia - OAB/RR nº 169

Intimando a defesa do acusado **Paulo Roberto Francisco da Silva**.

AUTOS COM DECISÃO

PROCESSO Nº : 2003.42.00.000078-0 Classe 15600 : Inquéritos Policiais

Deferindo pedido de restituições de Coisas Apreendidas nos autos.

EXPEDIENTE DO DIA 30 DE ABRIL DE 2003

ATO ORDINATÓRIO

PROC. Nº 1999.000908-4 AÇÃO ORDINÁRIA/SERVIÇOS PÚBLICOS

Autor: SINDSEP

Advogado: RR158A – Dircinha Carreira Duarte

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores de petição de fls. 184/425. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 2000.000561-0 AÇÃO ORDINÁRIA/FGTS

Autor: Argenor Silva dos Santos e outros

Advogado: RR209 - Samuel Weber Braz

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores de petição de fls. 190/192. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 2000.000630-2 AÇÃO ORDINÁRIA/FGTS

Autor: Altemar Rios da Silva e outros

Advogado: RR209 - Samuel Weber Braz

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores de petição de fls. 190/192. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 2000.000142-5 AÇÃO ORDINÁRIA/FGTS

Autor: Maria do Livramento Moreira de Jesus e outros

Advogado: RR185A – Agenor Veloso Borges

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores de petição de fls. 253/255. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 2001.001107-5 AÇÃO ORDINÁRIA/SERVIÇOS PÚBLICOS

Autor: Daniel Paixão de Oliveira e outros

Advogado: RR110 – Joaquim Pinto Souto Maior Neto

Réu: União

TEOR: Vista aos autores de petição de fls. 409/524. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 2000.001623-9 AÇÃO ORDINÁRIA/FGTS

Autor: Cassiano Macuxi e outros

Advogado: RR212 – Stélio Dener de Souza Cruz

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores de petição de fls. 182/184. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 2000.000275-0 AÇÃO ORDINÁRIA/FGTS

Autor: Terezinha Eloa Bizzi e outros

Advogado: RR185A – Agenor Veloso Borges

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores de petições de fls. 239/248, 250/255, 257/259 e 261/263. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 2000.002070-4 AÇÃO ORDINÁRIA/FGTS

Autor: Paulo Henrique Leite e outros

Advogado: RR264 – Alexandre Dantas

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores de petição de fls. 192/194. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 2000.000124-7 AÇÃO ORDINÁRIA/FGTS

Autor: Anselmo Ferreira de Souza e outros

Advogado: RR185A – Agenor Veloso Borges

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores das petições de fls. 359/361, 362/364 e 366/368. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 2000.000568-9 AÇÃO ORDINÁRIA/FGTS

Autor: Ana Alice Monteiro dos Santos e outros

Advogado: RR269 – Rodolpho Moraes

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores das petições de fls. 295/297 e 302/304. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 2000.000217-4 AÇÃO ORDINÁRIA/FGTS

Autor: José Franco Rodrigues e outros

Advogado: RR209 - Samuel Weber Braz

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores das petições de fls. 194/208 e 210/212. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 2001.000286-8 AÇÃO ORDINÁRIA/FGTS

Autor: Gilvan Severino de Luna e outros

Advogado: RR185A – Agenor Veloso Borges

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores das petições de fls. 171/184 e 186/188. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 2000.000576-5 AÇÃO ORDINÁRIA/FGTS

Autor: Iranita de Souza Freitas e outros

Advogado: RR264 – Alexandre Dantas

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores de petição de fls. 205/206. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 2000.000619-3 AÇÃO ORDINÁRIA/FGTS

Autor: Jacira da Silva Dionísio e outros

Advogado: RR209 - Samuel Weber Braz

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores de petição de fls. 195/197. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 2000.000111-7 AÇÃO ORDINÁRIA/FGTS

Autor: Antonio Melquiades da Silva e outros

Advogado: RR185A – Agenor Veloso Borges

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores das petições de fls. 234/236 e 238/239. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 2000.000245-4 AÇÃO ORDINÁRIA/FGTS

Autor: Maria Aparecida de Oliveira Alves e outros

Advogado: RR209 - Samuel Weber Braz e outro

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores das petições de fls. 206/211, 214/216 e 218/220. Prazo de 10 (dez) dias.

PROC. Nº 1995.0000141-1 AÇÃO ORDINÁRIA/FGTS

Autor: Matilde de Souza Bento e outros

Advogado: RR203 – Francisco Noronha e RR215 – José Duarte Moura

Réu: Caixa Econômica Federal - CEF

Advogado: RN4117 - Pablo Siqueira Nobre

TEOR: Vista aos autores de petição de fls. 224/226. Prazo de 10 (dez) dias.

AUTOS COMDESPACHO

PROC. Nº 2002.000929-3 SERVIÇOS PÚBLICOS

Autor: Maria dos Prazeres Oliveira de Lima

Advogado: RR209 - Samuel Weber Braz

Réu: União

TEOR: Especifiquem as pres as provas que pretendem produzir com suas finalidades.

Prazo de 05 (cinco) dias.

PROC. Nº 1999.000148-9 AÇÃO ORDINÁRIA/OUTROS

Autor: João Juno Nascimento Milenas

Advogado: RR155 – Antonio Oneildo Ferreira

Réu: Caixa Econômica Federal

Advogado: OAB/MS8598 – Robson C. Candelario

TEOR: I – Vistas às partes sobre o retorno dos autos do Egrégio Tribunal Regional

Federal 1ª Região. II – Em nada requerendb, arquivem-se os autos.

EDITAL

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

O Juiz de Direito Substituto respondendo pela 5.^a Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Dr. Luiz Alberto de Moraes Júnior, faz saber que neste Juízo tramita o seguinte processo:

Proc. n.º 56208-7/02 – BUSCA/APREENSÃO

Autor: Banco General Motors S/A.

Adv.: Dr. Rodolpho Moraes

Réu: Josiane Silva de Souza

Estando a parte ré em local incerto e não sabido, expediu-se o presente edital com a seguinte finalidade: **CITAÇÃO de JOSIANE SILVA DE SOUZA**, brasileira, solteira, funcionária pública, inscrita no CPF sob o nº 160.427.862-53, para apresentar contestação no prazo de 03(três) dias, ou, se tiver pago 40% do valor do preço financiado, requer a purgação da mora, sob pena de revelia.

SEDE DO JUÍZO: Fórum Advogado Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro, CEP 69.301-970, Boa Vista/RR, Tel. (095) 621-2727.

Boa Vista, 25/03/03.

Maria das Graças Barroso de Souza
Escrivã Judicial

TABELIONATO DE 1º OFÍCIO

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro, neste Registro Civil das Pessoas Naturais - 1º Ofício da Capital de Boa Vista-RR:

1) EDIVALDO DE SOUZA CASTELO BRANCO e PATRÍCIA DE CASTRO SILVA

ELE: nascido em Boa Vista-RR, em 28/02/1962, de profissão funcionário público, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Comandante Essen Pinheiro, nº506, Bairro 13 de Setembro, Boa Vista-RR, filho de EDUARDO CASTELO DE SOUZA BRANCO e PALMIRA DE SOUZA CASTELO BRANCO.

ELA: nascida em Santarém-PA, em 26/05/1969, de profissão estudante, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Comandante Essen Pinheiro, nº506, Bairro 13 de Setembro, Boa Vista-RR, filha de JOSÉ GABRIEL DE CASTRO SILVA e VERA LÚCIA GOMES DE CASTRO.

2) JONIXSON RAY OLIVEIRA DA SILVA e JÚLIA PAIVA LOPES

ELE: nascido em Tefé-AM, em 17/03/1977, de profissão vendedor, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Pirapitinga, nº 290, Bairro Santa Tereza II, Boa Vista-RR, filho de ABRÃO AMORIM DA SILVA e SILVA OLIVEIRA DA SILVA.

ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 17/06/1985, de profissão estudante, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Pirapitinga, nº 290, Bairro Santa Tereza II, Boa Vista-RR, filha de SEBASTIÃO LOPES DE MAGALHÃES e RAIMUNDA DE FÁTIMA PAIVA LOPES.

3) ANTONIO CIQUEIRA SILVA e CLEONIA MARCELE RODRIGUES DE VASCONCELOS

ELE: nascido em Zé Doca-MA, em 05/08/1972, de profissão autônomo, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Jaçanã, nº 632, Bairro Jardim Primavera, Boa Vista-RR, filho de ANTONIO CARDOSO LEITE DA SILVA e MARIA ESTER CIQUEIRA SILVA.

ELA: nascida em Monte Alegre-PA, em 06/08/1976, de profissão manicure, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Jaçanã, nº 632, Bairro Jardim Primavera, Boa Vista-RR, filha de ANGELA MARIA RODRIGUES DE VASCONCELOS.

4) LAUDECY HONORATA DA SILVA e ROSIMEIRE DE PAULA SOUSA

ELE: nascido em ignorado-PA, em 20/05/1977, de profissão vendedor, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Zuza Piauí, nº 411, Bairro Jardim Floresta II, Boa Vista-RR, filho de LAURENTINO PEREIRA DA SILVA e MARIA DA PENHA HONORATA DA SILVA.

ELA: nascida em Capanema-PA, em 17/01/1976, de profissão secretária, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua B, nº 932, Bairro Caranã, Boa Vista-RR, filha de RAIMUNDO ALMEIDA DE SOUSA e SEBASTIANA NAZARÉ DE PAULA SOUSA.

Se alguém souber de algum impedimento queira acusá-lo na forma da Lei. Boa Vista-RR, 02 de maio de 2003. DEUSDETE COELHO FILHO, Oficial, subscrevo e assino.

TABELIONATO DE 2º OFÍCIO

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 nº I, II e IV do Código Civil Brasileiro: **VAGNER ALVES MARTINS e ADRIANE SARMENTO DA SILVA** Sendo o pretendente nascido em **Baturité-Ceará** ao(s) **dezenove (19) de outubro (10) de 1975**, Profissão: **gerente de vendas** Estado Civil: **solteiro**, domiciliado e residente na **rua José Pinheiro nº 941, Bairro Liberdade**, nesta cidade, filho de **Fernando Luiz Souto Martins e de dona Maria Lúcia Alves Martins**. A pretendente nascida em **Boa Vista-Roraima**, ao(s) **quinze (15) dia de junho (06) de 1984**, Profissão: **secretária**, Estado Civil: **solteira**, residente na **rua Guilherme Brito, nº 846, Bairro Liberdade**, nesta cidade, filha de **Geraldo Alves da Silva e de dona Sebastiana Sarmento**.

Alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.Lavro o presente para ser afixado em quadro próprio no Edifício do Fórum e publicado no Diário do Poder Judiciário.

Boa Vista - RR ,30 de abril de 2003

Wagner Mendes Coelho
Tabelião

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 n° **I, II e IV** do Código Civil Brasileiro: **JUSTINIANO NETO DE SOUSA e ALESSANDRA PINTO DUARTE**. Sendo o pretendente nascido em **Valença-Bahia** ao(s) quatorze (14) de abril (04) de 1970, Profissão: **autônomo** Estado Civil: **solteiro**, domiciliado e residente na **rua N-22,nº389,Bairro-Dr. Sílvio Botelho, nesta cidade**, filho de **Antonio Alves de Souza e de dona Maria da Paixão Rangel de Sousa**. A pretendente nascida em **Boa Vista-Roraima**, ao(s) **dezenove (19) dia de janeiro (01) de 1971**, Profissão: **jornalista** , Estado Civil: **solteira**, residente na **à Av. Bento Brasil nº 28, Bairro- Centro, nesta cidade**, filha de **Amauri Duarte e de dona Alpha Maria Pinto Duarte**

Alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.Lavro o presente para ser afixado em quadro próprio no Edifício do Fórum e publicado no Diário do Poder Judiciário.

Boa Vista - RR ,02 de maio de 2003

Wagner Mendes Coelho
Tabelião

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 n° **I, II e IV** do Código Civil Brasileiro: **RODINEI DE OLIVEIRA FIGUEIRA e EIZÂNGELA DE LIMA FREITAS**. Sendo o pretendente nascido em **Itaituba-Pará** ao(s) **dezesete (17) de agosto (08) de 1980**, Profissão: **militar** ,Estado Civil: **solteiro**, domiciliado e residente na **rua Francisco Inácio de Souza,nº117, Bairro Asa Branca, nesta cidade**, filho de **Raul da Silva Figueiras e de dona Francinete de Oliveira Figueira**. A pretendente nascida em **Santarém-Pára**, ao(s) **dois (02) dia de setembro (09) de 1985**, Profissão: **estudante** , Estado Civil: **solteira**, residente na **rua Francisco Inácio de Souza, nº 153, Bairro Asa Branca, nesta cidade**, filha de **Antonio Felix de Freitas e de dona Maria Elizete de Lima Freitas**

Alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.Lavro o presente para ser afixado em quadro próprio no Edifício do Fórum e publicado no Diário do Poder Judiciário.

Boa Vista - RR ,30 de Abril de 2003

Wagner Mendes Coelho
Tabelião

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 n° **I, II e IV** do Código Civil Brasileiro: **ADONIAS CESAR LOUBO e ELIVANEIDE LOPES DA SILVA**. Sendo o pretendente nascido em **Ji-Paraná-Rondônia** ao(s) **quatro (04) de abril (04) de 1981**, Profissão:Estado Civil: **solteiro**, domiciliado e residente na **rua Moacir da Silva Mota nº 985, Bairro Asa Branca, nesta cidade**, filho de **Ercilio Loubo e de dona DeJane Cesar Loubo**. A pretendente nascida em **Boa Vista-RR**, ao(s) **vinte e nove (29) dia de setembro (09) de 1984**, Profissão: **eletricista**, Estado Civil: **solteira**, residente na **rua Moacir da Silva Mota nº 985, Bairro- Asa Branca, nesta cidade**, filha de **Joaquim Catarino da Silva e de dona Elvira Carneiro Lopes**

Alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.Lavro o presente para ser afixado em quadro próprio no Edifício do Fórum e publicado no Diário do Poder Judiciário.

Boa Vista - RR ,02 de maio de 2003

Wagner Mendes Coelho
Tabelião

Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Roraima

EDITAL 017

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Roraima, faz público achar-se nesta Seccional, suficientemente instruído para oportuna deliberação do pedido de Inscrição por Transferência do Advogado **JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS**, publicando -se ex-vi do inciso 3º, Art. 10, da Lei 8.906/94.

Sala da Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Roraima aos dois dias do mês de maio de dois mil e três.

